

Demonstrações Financeiras
Anuais Completas

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Em 31 de dezembro de 2021
com Relatório dos Auditores Independentes

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Conteúdo

Relatório da Administração

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações
financeiras**

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31
de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

(Valores em milhares de reais)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos Acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Este relatório deve ser analisado em conjunto com as demonstrações financeiras e seus anexos.

1.2 Mensagem do Diretor Presidente

Encerramos o ano de 2021 com a sensação de dever cumprido e, em mais um período de enormes desafios, conseguimos evoluir, tanto nos processos decisórios, quanto na parte administrativa. Este segundo ano da pandemia realçou nossa capacidade de adaptação, amadurecimento e demonstrou, mais uma vez, que nossa resiliência não vem apenas da base sólida de ativos, mas especialmente dos nossos colaboradores, da disposição que nossas pessoas têm de ser protagonistas na nossa empresa.

Certamente, este ano que findou foi melhor que o anterior, no que diz respeito a retomada das atividades econômicas com maior fluxo nas rodovias e, embora não tenhamos a capacidade de prever as crises, temos sim a de enfrentar os desafios com base no talento e na determinação das equipes, na solidez financeira dos nossos investidores e no comprometimento dos nossos acionistas.

No ano passado, renovamos a certificação em Gestão de Segurança Viária, a ISO 39001, nosso selo de qualidade na preservação de vidas e a redução de acidentes de trânsito. Somos a primeira concessionária federal de rodovias em conformidade com os padrões internacionais neste assunto, um ateste à qualidade dos serviços oferecidos à sociedade, como o atendimento pré-hospitalar 24h à disposição dos usuários.

Outra certificação que garantimos a renovação foi a da ISO 45001, referente à Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional. A conquista desta norma é um reconhecimento ao nosso compromisso com a segurança e a vida dos mais de 600 colaboradores que trabalham em prol das rodovias administradas pela VIABAHIA. Uma certeza de que a nossa preocupação com a segurança não se restringe aos apenas usuários.

Em 2021, recuperamos 600 quilômetros de faixas de rolamento das BRs 116 e 324. Além das melhorias em pavimento, que é uma das principais demandas dos nossos usuários, a empresa também construiu quatro novas passarelas de pedestres e fez a manutenção de outras 14 estruturas.

Alinhados com o desenvolvimento sustentável, já atuamos em 08 dos objetivos das Nações Unidas: saúde e bem-estar; trabalho, inovação e infraestrutura; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima; paz, justiça e instituições eficazes; e parcerias e meios de implantação. Seguiremos avançando!

Ainda está em curso o processo arbitral, iniciado em 2019, para promover o reequilíbrio econômico-financeiro da concessão, ao abrigo da sua cláusula de revisão quinquenal. O objetivo é adequar o contrato à atual realidade econômica e promover os investimentos necessários ao sistema viário. A expectativa é de que a fase de sentença venha a ocorrer até 2024.

A Justiça tem reconhecido o direito da Concessionária de ter realizada as suas revisões quinquenais. E suspendeu, por sentença, em outubro de 2021, a obrigatoriedade de obras não-essenciais pela VIABAHIA até que essas revisões, previstas em contrato, sejam realizadas por parte da agência reguladora, nos termos da cláusula 16.5.1, previstos em contrato.

Seguimos defendendo que o reestabelecimento do equilíbrio do contrato é a solução que melhor defende o interesse público, gerando mais valor para os usuários, as comunidades, para os governos Federal, Estadual e Municipais.

- Apenas no Saúde no Trecho, durante ano de 2021, mais de 150 pessoas foram atendidas em 03 municípios baianos: Irajuba, Brejões e Nova Itarana. E, apesar da pandemia, ainda conseguimos realizar o projeto piloto da Caravana Juntos na Via, em Vitória da Conquista. As iniciativas contaram com o apoio da Vitalmed, das prefeituras e secretarias municipais de saúde. E disponibilizaram um profissional médico e equipe de enfermagem, que realizaram consulta clínica, requisição de exames, aferição da pressão arterial, glicemia capilar, atendimento odontológico, entre outros. Durante a Caravana, além do atendimento médico-odontológico, as pessoas puderam conhecer um pouco dos serviços oferecidos pela Concessionária e do que se tratava a Revisão Quinquenal em curso.
- Realizamos manutenção em 40 viadutos, recuperação de sete quilômetros de sarjetas e de nove terraplenos, a fim de evitar erosões e deslizamentos na estrada. Intervenções como essas foram cruciais para evitar interdições da rodovia durante as fortes chuvas que atingiram a Bahia no fim do ano passado.

2021 foi um ano de muito trabalho! Por isso, agradecemos aos acionistas por nos inspirar e apoiar nesta jornada. Somos gratos a todas as pessoas da VIABAHIA pela coragem que nos move, e também aos parceiros nesta empreitada, que contribuem para os resultados alcançados. Que, cada vez mais, possamos proporcionar segurança nas rodovias que estão sob nossa responsabilidade!

1.3 Introdução

A VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A foi constituída em 11 de maio de 2009, após o Consórcio RODOBAHIA ter logrado êxito no leilão referente ao Edital nº 001/2008, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Como sociedade de propósito específico (SPE), a VIABAHIA tem como objetivo exclusivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário (descrito na tabela abaixo), pelo prazo de 25 anos, obtendo remuneração mediante cobrança de Tarifa de Pedágio e outras fontes de receitas de acordo com os termos definidos no Contrato de Concessão.

Rodovia	Referência de Início do Trecho Concedido	Referência de Fim do Trecho Concedido	Extensão
Rodovia Santos Dumont / BR-116/BA	Limite do Município de Feira de Santana/BA	Divisa estadual BA/MG	554,1km
Rodovia Eng. Vasco Filho / BR-324/BA	Limite do Município de Salvador/BA	Limite do Município de Feira de Santana/BA	113,2km
BA-526	Entrada BR-324	Entrada BA-528	9,3km
BA-528	Entrada BA-526	Acesso à Base Naval de Aratu	4,0km

Os referidos trechos foram efetivamente concedidos a partir de 20 de outubro de 2009 mediante assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) transfere o sistema rodoviário e o inventário da rodovia à Concessionária.

Em 2015, iniciaram-se as negociações entre o Grupo Isolux Corsán, acionista majoritária da Companhia à época, e a PSP Investments, um dos maiores fundos de pensão do Canadá, pela aquisição do braço responsável pelo desenvolvimento e gestão de projetos de concessão rodoviária com presença geográfica em 5 países, ao qual a VIABAHIA pertencia. No mesmo ano, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovaram formalmente a transferência do controle acionário indireto na Companhia, fazendo com que os 80,8% pertencentes à Isolux fossem transferidas para o controle da PSP. Em 21 de janeiro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) anuiu proposta de alteração societária, vindo a ser concretizada em 29 de abril de 2016, com a constituição da ROADIS Transportation, veículo de investimentos em ativos de concessão rodoviária e ferroviária, o qual é integralmente controlado pela PSP Investments.

No mês de abril de 2020, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre os grupos ROADIS e ENGEVIX, através do qual 100% do capital social da VIABAHIA passou a ser detido pelo Grupo ROADIS.

2. Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A são definidas pelo contrato de concessão, observando a variação do IPCA e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Foi publicada no Diário Oficial da União em 01 setembro de 2021 a 10ª Revisão Ordinária e 13ª Revisão Extraordinária, reduzindo a tarifa de pedágio em 14,83%, passando de R\$ 5,10 para R\$ 4,30 nas praças de pedágio da rodovia BR 116 e de R\$ 2,90 para R\$ 2,40 nas praças de pedágio da rodovia BR 324.

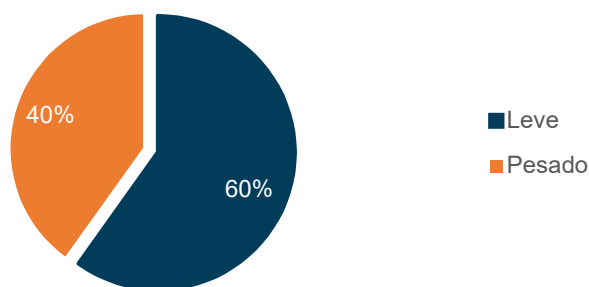
Em 25 de fevereiro de 2022 foi publicada no Diário Oficial da União a Deliberação nº 94 que suspende a decisão judicial proferida em sede da tutela cautelar antecedente recursal nº. 1044709-06.2021.4.01.00.00 que reduziu a tarifa de pedágio em 14,83% publicada em 01 de setembro de 2021.

Em razão da referida decisão judicial ficam mantidas as tarifas de pedágio cobradas nas praças de pedágio localizadas nas rodovias BR-324 e BR-116 que correspondem a R\$ 2,90 e R\$ 5,10 aprovadas por meio da Deliberação Nº 274, de 26 de maio de 2020.

Com relação ao volume de tráfego nas rodovias, a Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação do tráfego de veículos nas sete praças de pedágios nas rodovias que administra. No 4T21, registrou-se 9,7 milhões de veículos pagantes contra 10,4 milhões em comparação ao 4T20, uma piora de 6,4%. Já para o ano 2021, registrou-se 37,4 milhões de veículos pagantes contra 35,7 milhões registrado em 2020, um aumento de 4,8% dos veículos pagantes, impulsionado por mudanças no perfil da composição do tráfego nas rodovias.

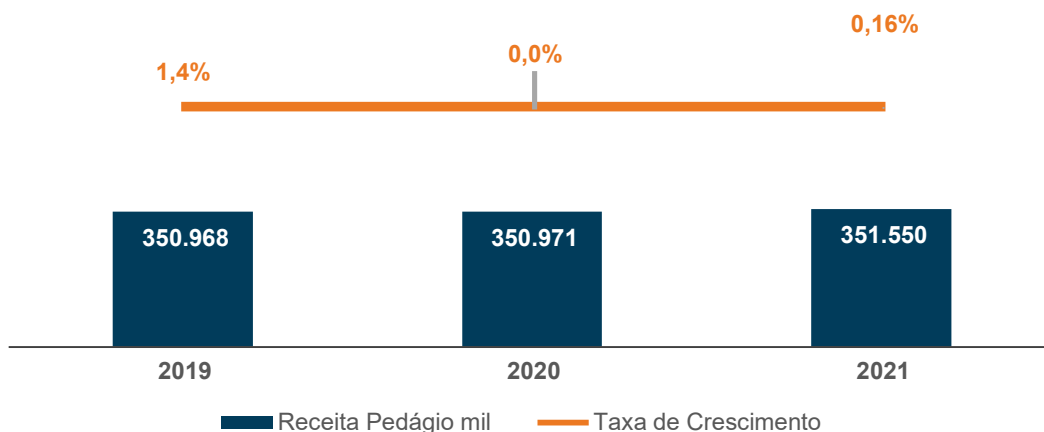


Composição do Tráfego Pagante 2021



A arrecadação de pedágio em 2021 somou R\$ 351,5 milhões contra R\$ 350,9 de 2020.

Evolução Faturamento



3. Investimentos

A Companhia iniciou em 2021 o 12º ano do seu contrato de concessão com a Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) e, apesar da ausência de desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e queda da economia dos últimos anos, vem realizando investimentos em trabalhos de recuperação do pavimento, recapeamento, renovação e instalação de sinalizações, desenvolvendo projetos de ampliação e melhorias operacionais assim como obras de duplicação obrigatórias, construção de passarelas, terraplenos, estruturas de contenção e implantação de fibra óptica, em 681 km da rodovia. O total de investimentos realizados até dezembro de 2021 foi de R\$ 2.066.362, distribuído em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança, e em obras de duplicação na rodovia.

No ano de 2021, foram investidos R\$ 144,8 milhões. Destacamos, como principais investimentos, a recuperação de 600 km de faixas de rolamento das BRs 116 e 324 a implantação de 5 novas passarelas nas rodovias BR-116 e BR 324, a criação de 7,0km de Novas Sarjetas na Serra do Mutum (BR-116).

Obras	2020	2021	%
Recuperação da Rodovia	34.152	111.233	>100%
Operação da Rodovia	3.895	12.476	>100%
Ampliação da Rodovia	12.473	18.959	52%
Obras em andamento	4.191	2.198	- 48%
Total	54.711	144.866	>100%

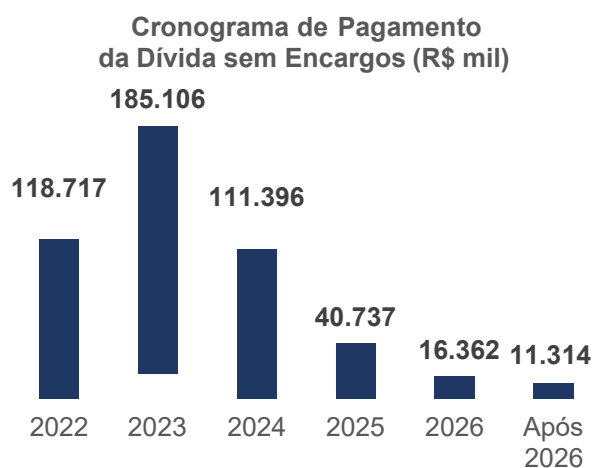
3.1 Captação de Recursos

Em 05 de junho de 2020 foi transferido o recurso referente ao contrato de empréstimo junto ao SOCGEN FINANCIACIONES IBERIA, S.L no valor de EUR 6.734 equivalentes a R\$ 40.000, para investimentos em obra de manutenção das rodovias das BR-116 e BR-324 e BAs com pagamento de juros semestrais com taxa de (2% a.a. + Euribor), com vencimento do principal em 29 de novembro 2021.

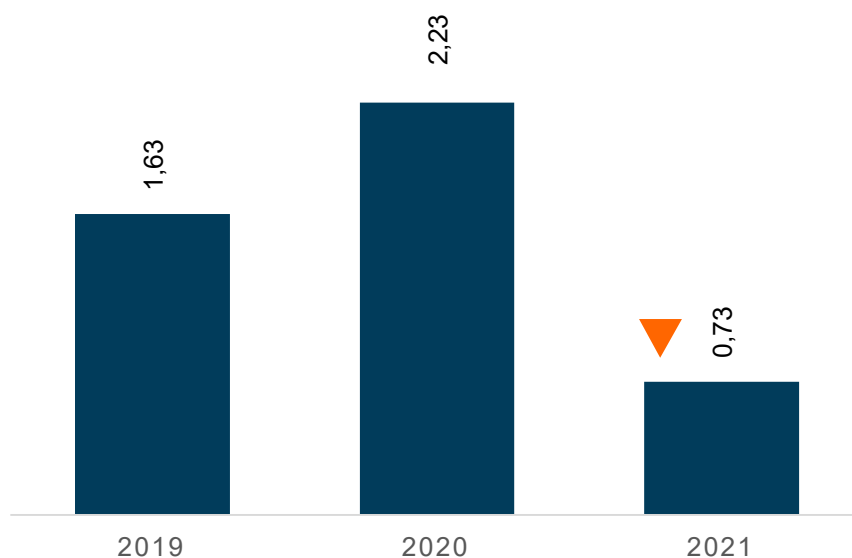
Em 24 de novembro de 2021 foi quitado o empréstimo.

A Administração da Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. Atual estrutura de financiamento pode ser demonstrada com os seguintes quadros abaixo:

Banco	Taxas de Juros	Saldo em Dez 2021
BNDES	TJLP + 2,16%	385.682
HAITONG	TJLP + 5,20%	36.875
Votorantim	TJLP + 5,55%	36.425
ABC Brasil	TJLP + 5,30%	24.650
Total Saldo Dívida Financeira		483.632



Índice de Cobertura do Serviço da Dívida



O indicador acima demonstra a capacidade de pagamento do financiamento contratado pela VIABAHIA. O índice em 2020 foi de 2,23x comparado a 0,73x de 2021. A piora no indicador é decorrente da quitação do empréstimo SOCGEN FINANCIACIONES IBERIA, S.L em novembro 2021 no valor de R\$ 42.053 e da retomada do pagamento das 6 (seis) prestações de principal e juros compensatórios. O pagamento das parcelas vincendas entre 15/07/2020 a 15/12/2020 foi suspenso, vindo a ser retomado em 15 de janeiro de 2021. Os valores das prestações suspensas foram incorporados ao saldo devedor e distribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato.

A Administração mantém-se próximo ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para, no momento do reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, avançar com a revisão dos termos e condições do contrato de financiamento aprovado em 21 de novembro de 2012, ajustando a liberação de recursos para a retomada de investimentos de grande porte.

Do montante total de R\$ 1.369,3 milhões, R\$ 847,2 milhões foram efetivamente desembolsados, dos quais 48% já foram amortizados. Destaca-se a suspensão temporária dos desembolsos em meados de 2016, desde quando nenhum recurso adicional foi levantado junto ao Banco.

4. Valor Adicionado

Em 2021, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 81,5 milhões, representando 16,2% da Receita Operacional Bruta, o que representa uma redução de 8,0% em relação ao valor adicionado líquido de 2020, equivalente a R\$ 99,4 milhões representado por 24,2% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

4.1 Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas está garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. No exercício de 2021, foi apurado prejuízo no montante de R\$ 50,8 milhões e não haverá distribuição de dividendos.

5. Planejamento Empresarial

A Administração dispenderá esforços e recursos na realização de intervenções necessárias a fim de oferecer mais segurança e conforto aos usuários das rodovias dentro da respectiva capacidade financeira atual. Simultaneamente, parte da atenção do time estará focalizada junto ao processo arbitral instaurado junto da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) frente à ANTT. O objetivo do processo arbitral é de aprimorar o contrato de concessão e reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, que quando reestabelecido permitirá intensificar a frequência e intensidade das intervenções, além da realização de outros investimentos solicitados pelos usuários e comunidades. A expectativa é que o processo arbitral será concluído em 2024.

Busca-se constantemente incrementar o resultado operacional através da contínua busca por ganhos na eficiência operacional, fortemente relacionada com redução dos custos de operação e manutenção da rodovia.

Destaca-se a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI através da publicação DOU em 19 de outubro de 2021 o ato declaratório executivo DRF-FSA nº 68. O incentivo fiscal consiste na suspensão da incidência do PIS e COFINS sobre as aquisições de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, prestação de serviços e materiais de construção para utilização ou incorporação destinadas ao ativo imobilizado e intangível de pessoa jurídica habilitada.

5.1 Efeitos da Pandemia do COVID-19

COVID-19 foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos.

A Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação do tráfego de veículos nas sete praças de pedágios nas rodovias que administra e, até 31 de dezembro 2021, registrou-se 37,5 milhões de veículos pagantes contra 35,7 milhões em comparação com ano 2020, um aumento de 4,8%, decorrente do tráfego dos veículos pesados (Cat. 6,8 e 9), impulsionado pela mudança no perfil da composição do tráfego nas rodovias.

Em 27 de março de 2020 a Administração da Companhia criou um plano de contingência emergencial divulgado internamente, para avaliar os impactos da Pandemia sobre sua operação, funcionários, prestadores de serviços e comunidade e usuários.

Para minimizar possíveis impactos nos anos de 2020 e 2021, especialmente com relação aos investimentos mais robustos, e preservar a liquidez financeira diante da crise, a Viabahia adotou as seguintes medidas:

- Adesão ao programa emergencial junto ao BNDES e Bancos Repassadores, que suspendeu os pagamentos de amortizações de empréstimos e juros remuneratórios contratados nas modalidades direta e indireta – medida conhecida no mercado como standstill, por 6 meses. Os valores das prestações suspensas foram incorporados ao saldo devedor e distribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato, essa medida gerou entorno de R\$90 milhões a mais no caixa da companhia;
- Outra medida adotada para mitigar os efeitos da COVID-19, foi a adesão à Portaria nº 139, de 3 de abril de 2020 e portaria nº 245 de junho de 2020 editada pelo Ministério da Economia, que prorroga o prazo para recolhimento de tributos federais, em decorrência da pandemia;

- A Companhia também reforçou a gestão para contenção das despesas, priorizando investimentos e contratou empréstimo junto ao SOCGEN FINANCIACIONES IBERIA, S.L no valor de EUR 6.734 equivalentes a R\$ 40.000, esse financiamento já foi liquidado em novembro 2021.

Com a implementação das medidas acima em 2020 e com a retomada do tráfego aos níveis de antes do início da pandemia, foi possível atravessar o ano 2021 e entrar em 2022 sem problemas de liquidez.

- Para preservar a saúde, o bem-estar e a segurança dos colaboradores, terceirizados e comunidades foram criadas as seguintes medidas:
- Firmar procedimentos para a implantação de trabalho administrativo em sistema home office, objetivando a mitigação da exposição de grupos vulneráveis e a transmissão no âmbito da Viabahia, dentro das atividades que permitem a realização do trabalho à distância;
- Providenciar resposta às necessidades de informação e comunicação, interna e externa (Plano de Comunicação);
- Orientação as empresas terceirizadas quanto à sua responsabilidade em seguir todas as medidas por ela adotadas com relação à Pandemia, bem como adotar todos os meios necessários para conscientizar e prevenir seus trabalhadores acerca dos riscos do contágio do Coronavírus e da obrigação de notificação da Viabahia contratante quando do diagnóstico de trabalhador com a doença (COVID-19).

5.1 Gestão pela Qualidade Total

A VIABAHIA alcançou a renovação da certificação ISO 45001, referente a Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional. O selo é o reconhecimento pelo compromisso com a segurança e a vida dos mais de 600 colaboradores que trabalham em prol das rodovias administradas pela concessionária.

A VIABAHIA também conquistou a renovação da certificação em Gestão de Segurança Viária, ISO 39001, vindo a ser a primeira concessionária federal de rodovias a estar em conformidade com os padrões internacionais sobre o tema, atestando a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade, como o atendimento pré-hospitalar, 24h à disposição dos usuários, reforçando o compromisso em preservar vidas e reduzir acidentes de trânsito.

Atualmente, a VIABAHIA acumula 04 certificações internacionais: ISO 9001, de Gestão da Qualidade; ISO 14001, de Gestão Ambiental; ISO 45001, de Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional; e ISO 39001, de Gestão de Segurança Viária.

A Companhia utiliza o Sistema de Gestão Integrado (SGI), com o objetivo de garantir a qualidade da infraestrutura e dos serviços, buscando ser referência, no gerenciamento rodoviário do Nordeste, através da modernização das rodovias sob sua concessão, proteção do meio ambiente, adoção de padrões de qualidade, segurança e conforto que atendam aos interesses das partes relacionadas.

6. Recursos Humanos

A Gestão de Talentos Humanos tem como premissa desenvolver e promover o desempenho eficiente do seu quadro de colaboradores, de modo que através da nossa empresa, às pessoas alcancem os seus objetivos individuais, relacionados direta ou indiretamente com o trabalho. O desejo é que os colaboradores estejam realizados e satisfeitos no desenvolvimento das respectivas atividades, ao mesmo tempo que almejem evolução e crescimento profissional na organização, buscando o alinhamento de futuro de cada integrante ao futuro da empresa. Os principais valores são o respeito, a valorização e o reconhecimento das pessoas, assegurando a produtividade em níveis crescentes, mantendo um ambiente de trabalho que valorize a competência e estimule o autodesenvolvimento, atendendo os anseios do colaborador quanto à segurança e a preservação da saúde no ambiente de trabalho. As pessoas são vistas como elementos importantes e estratégicos para a manutenção e crescimento da organização, nos quais investe-se na retenção dos talentos, pautando-se por princípios éticos e legais.

A Companhia trabalha continua e ativamente no desenvolvimento dos seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2021, ocorreram diversos treinamentos, conforme quantitativos abaixo:

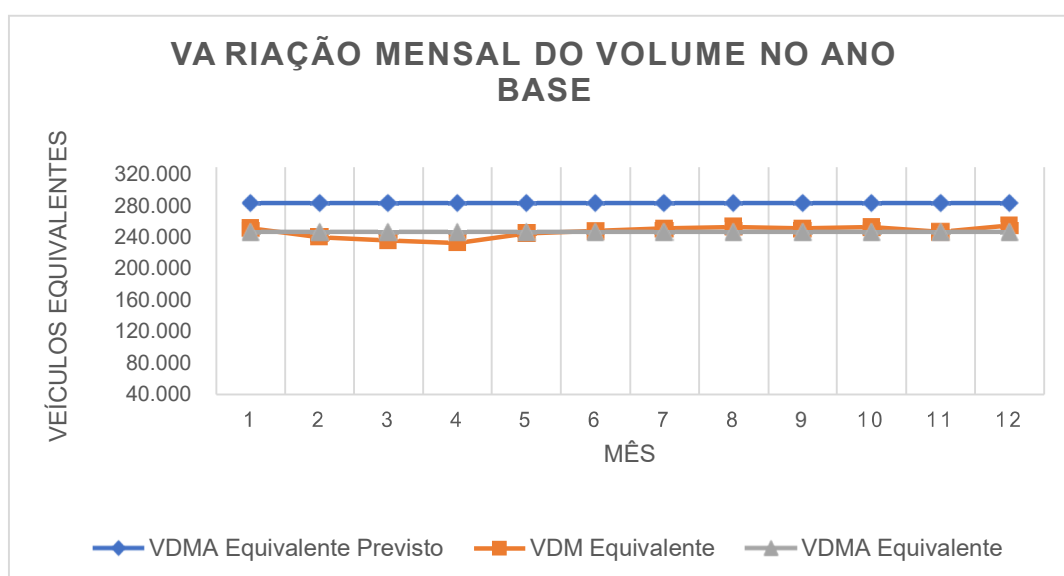
Treinamentos em Números	2019	2020	2021
Turmas	134	81	23
Horas de Treinamento	4.575	2.175	3.512
Participações	444	266	317
Horas Por Trabalhador	10,3	8,18	11,08

7. Indicadores Operacionais

Como já informado a Companhia utiliza o Sistema de Gestão Integrado (SGI), com o objetivo de garantir o compromisso da concessionária com a qualidade da infraestrutura e dos serviços, buscando ser referência, no gerenciamento rodoviário do Nordeste, através da modernização das rodovias sob sua concessão, proteção do meio ambiente, adoção de padrões de qualidade, segurança e conforto aos usuários. Destacamos que ao longo dos trechos concessionados, existem quinze bases de Serviço de Atendimento ao Usuários (SAUs), equipadas com banheiros adaptados a portadores de necessidades especiais, de onde o usuário pode solicitar atendimento médico e mecânico de emergência havendo necessidade. Nosso time de operações permanece disponível 24 horas por dia para prestar todo tipo de apoio operacional que o usuário venha a necessitar, contando com a mais completa lista de equipamentos, que contam com guinchos leves, guinchos pesados, unidades de atendimento pré-hospitalar, unidades de apoio paramédico, caminhões de combate a incêndio, veículos especiais para captura que prestam apoio na remoção de animais ao longo de toda a rodovia.

7.1 Caracterização do Tráfego

A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês de 2021, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente, assim como o volume diário médio equivalente previsto na proposta.



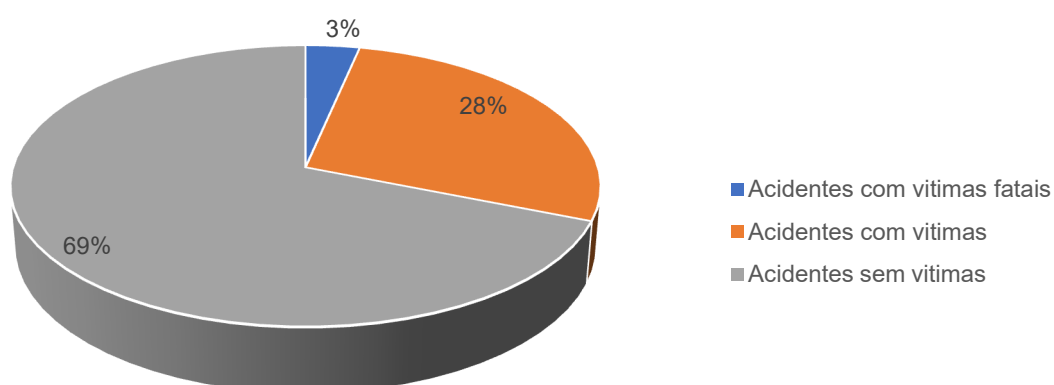
7.2 Segurança no Trânsito

No exercício de 2021, foram registrados 2.857, acidentes ao longo da rodovia, uma redução de 5,40% em relação ao ano de 2020, conforme dados abaixo:

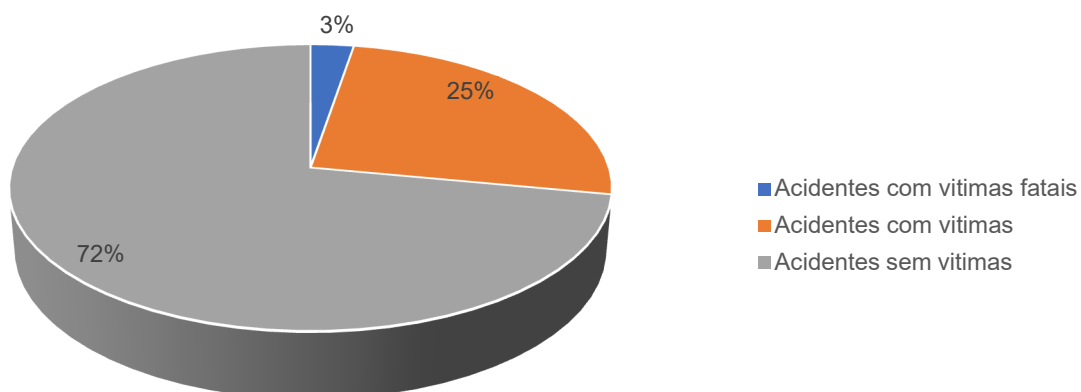
Gravidade de Acidentes	2020	2021
Acidentes com vítimas fatais	80	96
Acidentes com vítimas	765	791
Acidentes sem vítimas	2.175	1.970
Total de Acidentes	3.020	2.857

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidades de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

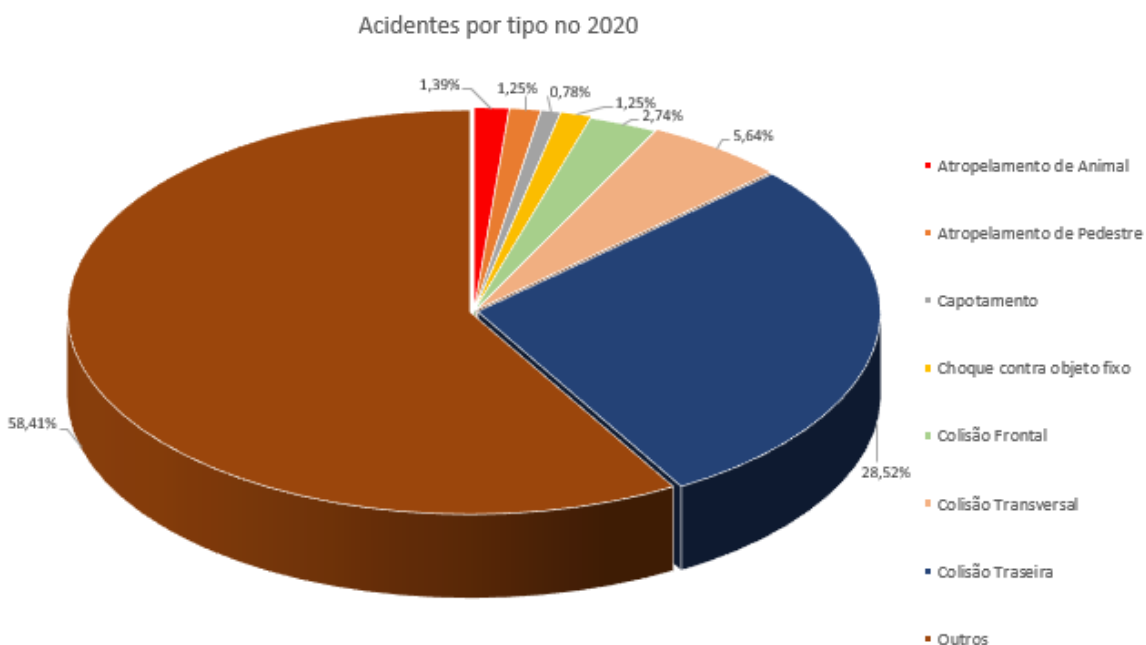
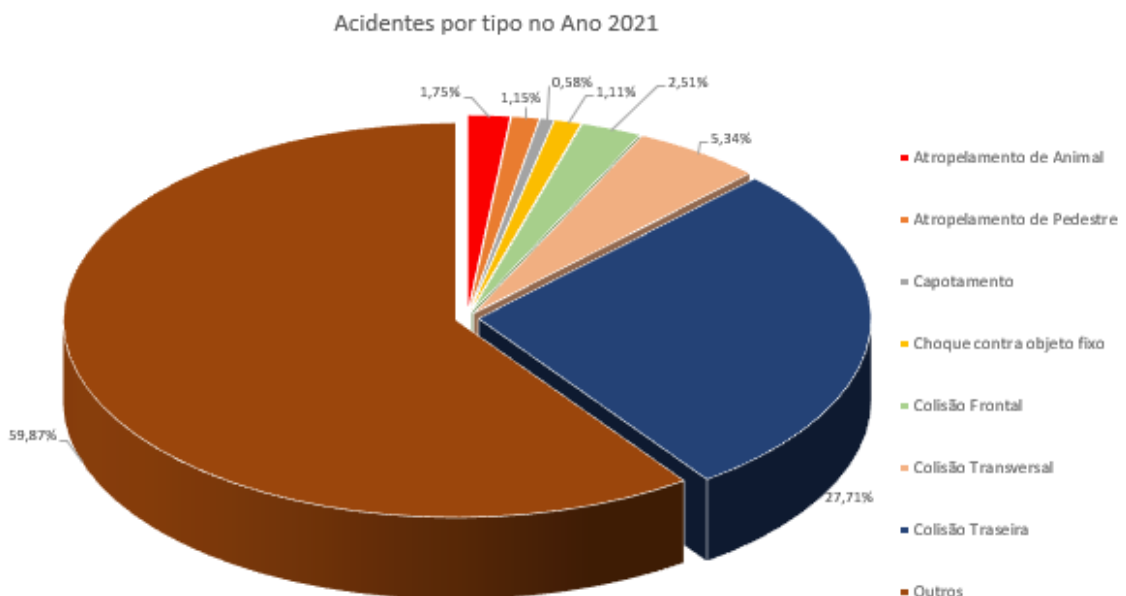
Percentual de acidentes por gravidade no Ano 2021



Percentual de acidentes por gravidade no Ano 2020



A figura abaixo apresenta o valor do percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



8. Dados da Operação da Concessão

8.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre as Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Veículos alocados na concessão		
Tipo de Veículos	Quantidade	Qtde/100km
Guincho Leve	12	1,76
Guincho Pesado	5	0,73
Veículo de Combate Incêndio	3	0,44
Veículo de Captura de Animal	3	0,44
Ambulância Simples (UR)	14	2,06
Ambulância UTI (USA)	1	0,15
Viatura de Inspeção de Tráfego	28	4,11
Total de Veículos Operacionais	66	9,70
Segurança do Trabalho	3	0,44
Faixa de Domínio	5	0,73
Administração	26	3,82
Pedágio	3	0,44
Manutenção	12	1,76
Caminhão	2	0,29
Conservação	11	1,62
Total de Veículos de Apoio	62	9,11
Total de Veículos	128	18,81

9. Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Funcionários alocados na concessão

Empregados por função	Quantidade	Qtde/100km
Médico *	7	0,60
Enfermeiro *	4	0,34
Resgatista *	126	10,84
Guincho Leve *	44	3,79
Guincho Pesado *	19	1,63
Veículo Combate Incêndio*	12	1,03
Captura de Animal *	12	1,03
Controlador Tráfego	18	1,55
Inspetor de Tráfego	36	3,10
Supervisor de Tráfego	1	0,09
Gerencia de operações	2	0,17
Técnico Operacional	25	2,15
Auxiliar CCO	20	1,72
Operador CCO	10	0,86
Coordenador CCO	1	0,09
Supervisor Fax Domínio	1	0,09
Coordenador Fax Domínio	1	0,09
Analista Fax Domínio	1	0,09
Auxiliar Fax Domínio	4	0,34
Conservação	26	2,24
Total de Pessoal Operacional	370	31,83
Coordenador de Pedágio	3	0,26
Controlador de Pedágio	28	2,41
Arrecadador	297	25,55
Assistente de Pedágio	6	0,52
Total de Pessoal Pedágio	334	28,73
Total de Pessoal	704	60,57

Nota (*): Funcionários Terceirizados

10. Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados. Individualizar por natureza de receita.

10.1 Receitas em (R\$ milhares)

	Em 2021	Acumulado
Receita de Pedágio	351.550	3.038.200
Receita Extraordinária	3.433	26.132
Receita de Construção	147.764	2.144.174
	502.747	5.208.506

10.2 Investimentos em (R\$ milhares)

	Em 2021	Acumulado
Recuperação da Rodovia	111.233	1.115.595
Operação da Rodovia	12.476	122.265
Ampliação da Rodovia	21.157	822.502
	144.866	2.066.362

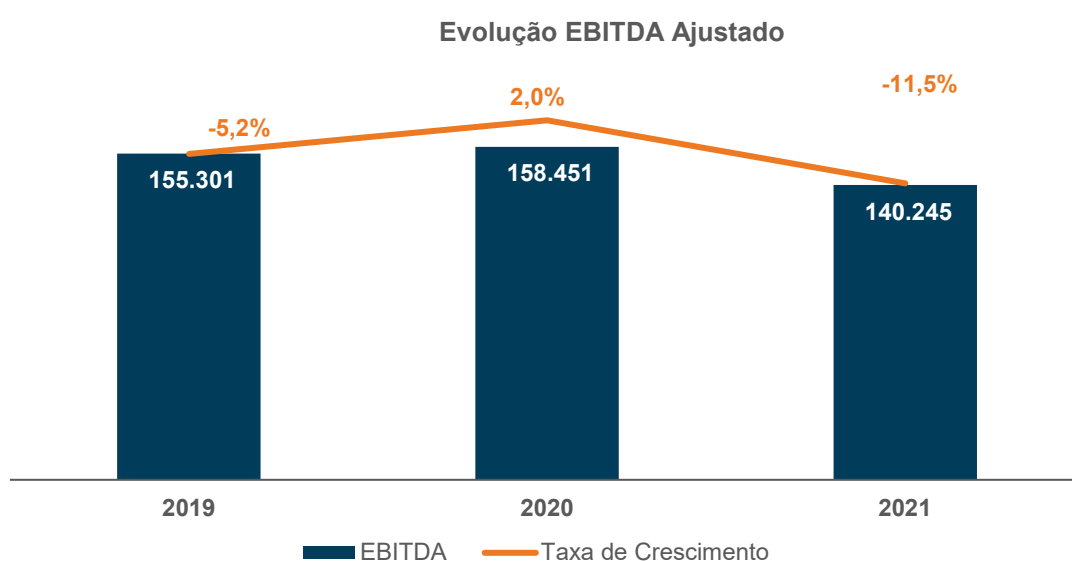
10.3 Custos Operacionais (R\$ milhares)

	Em 2021	Acumulado
Conservação da Rodovia	50.542	334.215
Provisão para Manutenção	2.131	9.350
Operação da Rodovia	81.663	721.628
Monitoração da Rodovia	644	11665
Custo de Construção	144.866	2.066.362
Depreciação e amortização	145.239	891.251
	425.085	4.034.471

10.4 Desempenho Econômico-Financeiro

Demonstrativo de Resultado (R\$ mil)	2019	2020	2021	Var% 21/20
Receita Operacional Bruta Incluindo a Receita de Construção (IFRS)	430.638	409.909	502.747	22,65%
Receita Operacional Bruta excluindo a Receita de Construção (IFRS)	354.005	354.104	354.983	0,25%
- Receitas com Pedágio	350.968	350.971	351.550	0,16%
- Receitas Acessórias	3.037	3.133	3.433	9,58%
- Receita de Construção (IFRS)	76.633	55.805	147.764	>100%
Tributos sobre serviços da Operação	(30.120)	(30.677)	(30.949)	0,89%
Receita Operacional Líquida excluindo a Receita de Construção (IFRS)	323.885	323.427	324.034	0,19%
(+) Receita de Construção (IFRS)	76.633	55.805	147.764	>100%
Receita Operacional Líquida incluindo a Receita de Construção (IFRS)	400.518	379.232	471.798	24,41%
Custos Operacionais	(340.055)	(315.918)	(425.085)	34,56%
- Custos de Manutenção	(55.068)	(47.273)	(50.542)	6,92%
- Provisão de Manutenção	(2.622)	(4.546)	(2.131)	-53,12%
- Custos de Operação	(72.549)	(73.291)	(81.663)	11,42%
- Custos de Monitoração	(487)	(603)	(644)	6,80%
- Custo de Construção (IFRS)	(75.130)	(54.711)	(144.866)	>100%
- Depreciação e Amortização	(134.199)	(135.494)	(145.239)	7,19%
Lucro Bruto	60.463	63.314	46.713	-26,22%
- Despesas Administrativas e Outras	(48.346)	(43.000)	(51.767)	20,39%
- Depreciação e Amortização	(1.083)	(1.195)	(1.042)	-12,80%
EBIT	11.034	19.119	(6.096)	<-100%
(+) Depreciação e Amortização	135.282	136.689	146.281	7,02%
EBITDA	146.316	155.808	140.185	-10,03%
Ajustes	8.985	2.643	60	-97,73%
- Receita de Construção (IFRS)	(76.633)	(55.805)	(147.764)	>100%
- Custo de Construção (IFRS)	75.130	54.711	144.866	>100%
- Provisão de Manutenção	2.622	4.546	2.131	-53,12%
- Provisão Contingências	7.866	(809)	827	<-100%
Valor EBITDA ajustado	155.301	158.451	140.245	-11,49%
<i>Margem do EBITDA ajustado</i>	<i>47,9%</i>	<i>49,0%</i>	<i>43,3%</i>	<i>-11,66%</i>
Resultado Financeiro Líquido	(85.316)	(79.226)	(65.857)	-16,87%
Prejuízo Antes do IR e CS	(74.282)	(60.107)	(71.953)	19,71%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido e Corrente	25.420	22.999	21.056	-8,45%
Prejuízo do exercício	(48.862)	(37.108)	(50.897)	37,16%

- I. Receita Bruta (excluindo-se Receita de Construção) 2021 comparada ao montante registrado em 2020, houve variação imaterial.
- II. Custos e despesas apresentam um aumento de 32,8% frente aos valores de 2020, impactado principalmente por maior gasto na recuperação e manutenção do pavimento.
- III. Com a conclusão do processo que visa reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, seguida pela retomada de investimentos de maior magnitude, será possível otimizar os gastos com recuperação de pavimento num fator de 35% a 45%.
- IV. Resultado operacional acumulado em 2021 inferior em 11,5% frente aos valores de 2020, impactado pelo maior gasto na operação e manutenção nas rodovias.
- V. Resultado financeiro dentro do esperado, considerando-se despesas financeiras R\$ 70,1 milhões, derivada do financiamento do ativo, descontando-se R\$ 4,3 milhões de juros recebidos de aplicação financeiras e variação cambial ativa.



Informações de Balanço (R\$ mil)	2019	2020	2021
a. Patrimônio Líquido	623.985	586.877	640.778
b. Ativo Total	2.094.434	2.151.182	2.071.323
c. Número de ações	635.121	635.121	635.121
d. Valor patrimonial da ação	0,98	0,92	1,01
e. Média ponderada de ações	635.121	635.121	635.121
f. Resultado líquido por ação (média ponderada)	(0,08)	(0,05)	(0,08)

10.5 ISS Repassados em (R\$ milhares)

Além de melhorar as condições das rodovias sob sua administração, a VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A. também contribui para o desenvolvimento dos municípios que margeiam as rodovias BR-324 – rodovia Eng. Vasco Filho e BR-116 – rodovia Santos Dumont.

Desde o início da concessão, foram repassados mais de R\$ 228,9 milhões em Imposto Sobre Serviço (ISS). A destinação dos recursos é de responsabilidade de cada administração local, que pode ser aplicado em saúde, educação ou segurança pública.

A tabela mostra o valor do ISS (próprios e de terceiros) repassados para os 27 municípios no ano base.

Município	Em 2021	Acumulado
Amélia Rodrigues	1.178	11.945
Antônio Cardoso	501	5.268
Boa Nova	449	4.457
Brejões	529	4.338
Candeias	1.015	8.659
Cândido Sales	718	6.356
Conceição do Jacuípe	188	1.705
Encruzilhada	691	5.614
Feira de Santana	2.552	24.278
Irajuba	692	5.429
Itatim	748	6.580
Jaguaquara	1.430	10.898
Jequié	1.326	13.930
Lafaiete Coutinho	75	308
Manoel Vitorino	556	5.178
Milagres	448	3.878
Nova Itarana	695	5.724
Planalto	615	5.852
Poções	799	6.404
Rafael Jambeiro	562	6.550
Salvador	1.416	15.634
Santa Terezinha	490	4.336
Santo Amaro	233	1.764
Santo Estevão	989	11.527
São Sebastião do Passé	940	8.149
Simões Filho	1.148	15.699
Vitória da Conquista	3.551	28.441
<u>TOTAL</u>	<u>24.535</u>	<u>228.900</u>

10.6 Tarifa de Pedágio

A tabela a seguir apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Período: janeiro a agosto 2021

Categoria	Tipo de Veículo	BR-116	BR-324
1	01 – Automóvel, caminhonete e furgão	R\$5,10	R\$2,90
2	02 – Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão com rodagem dupla	R\$10,20	R\$5,80
3	03 – Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e ônibus	R\$15,30	R\$8,70
4	04 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$20,40	R\$11,60
5	05 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$25,50	R\$14,50
6	06 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$30,60	R\$17,40
7	07 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$35,70	R\$20,30
8	08 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$40,80	R\$23,20
9	09 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$45,90	R\$26,10
10	10 – Automóvel com semirreboque e caminhonete com semirreboque	R\$7,65	R\$4,35
11	11 – Automóvel com reboque e caminhonete com reboque	R\$10,20	R\$5,80
12	12 – Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	R\$2,55	R\$1,45

Período: setembro a dezembro 2021

Categoria	Tipo de Veículo	BR-116	BR-324
1	01 – Automóvel, caminhonete e furgão	R\$4,30	R\$2,40
2	02 – Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão com rodagem dupla	R\$8,60	R\$4,80
3	03 – Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e ônibus	R\$12,90	R\$7,20
4	04 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$17,20	R\$9,60
5	05 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$21,50	R\$12,00
6	06 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$25,80	R\$14,40
7	07 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$30,10	R\$16,80
8	08 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$34,40	R\$19,20
9	09 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$38,70	R\$21,60
10	10 – Automóvel com semirreboque e caminhonete com semirreboque	R\$6,45	R\$3,60
11	11 – Automóvel com reboque e caminhonete com reboque	R\$8,60	R\$4,80
12	12 – Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	R\$2,15	R\$1,20

11. Concessionária em números

Dados anuais 2021	Descrição	U.M
Quilômetros de rodovia	680,6	Km
Número de veículos que transitaram		
+ Veículos Leves	22.438.619	Unid.
+ Veículos Pesados	15.025.035	Unid.
Números de Praças de Pedágios	7	Unid.
Tarifa	Vide item 10.5	
Número de quilômetros mantidos	680,6	Km
Índice de congestionamento	Por velocidade média dos veículos	
Trânsito Médio Diário Equivalente	106.101	Unid.
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	106.101	Unid.
Equipes utilizadas pelo concessionário	Vide item 9.0	
Índices de qualidade de estrada	Valor de Resistencia a Derrapagem (VRD)	
	Deflexão Características (DC)	
	Flecha na Trilha de roda	
	Índice de Condição de Pavimento (ICP)	
	Índice de Gravidade Global (IGG)	
	Índice de Irregularidade Longitudinal (IRI)	
	Índice de Retrorrefletância	
	Macrotextura	
	Trincamento (TR)	
Receita de Pedágio	355	Milhões
Custos associados às receitas de pedágio	280	Milhões
Fator Trabalho		
Número de trabalhadores	618	Pessoas
Despesa com Pessoal		
+ Ordenados e Salários	37	Milhões
+ Encargos Sociais	8	Milhões
Fator Capital		
Despesas de Depreciação	146	Milhões
Ativo Líquido	1.894	Milhões
Ativo Bruto	2.779	Milhões
Série Histórica dos Investimentos	145	Milhões
Fatores Intermediários		
Despesa Administrativas	52	Milhões
Despesas em Conservação Manutenção	53	Milhões
Outras Despesas	-3	Milhões
Seguridade		
Quantidade de Acidentes	Vide item 7.1.2	
Indicadores		
Receita por km	522	Mil
Custo por km	411	Mil

12. Balanço Social

VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A

BALANÇO SOCIAL 2021

(Em milhares de reais)

1) BASE DE CÁLCULO	2021	2020
1.1 Receita Operacional Líquida (RL)	471.798	379.232
1.2 Resultado Operacional (RO)	46.713	63.314
1.3 Folha de Pagamento Bruto (FPB)	27.461	24.396

2) INDICADORES SOCIAL INTERNOS	VALOR (R\$)	% FPB	% RL	VALOR (R\$)	% FPB	% RL
2.1 Alimentação	3.460	12,60%	0,73%	2.851	11,69%	0,75%
2.2 Encargos Sociais	8.243	30,02%	1,75%	7.890	32,34%	2,08%
2.3 Saúde	3.573	13,01%	0,76%	3.274	13,42%	0,86%
2.4 Segurança e medicina do trabalho	162	0,59%	0,03%	651	2,67%	0,17%
2.5 Educação e Desenvolvimento Profissional	155	0,57%	0,03%	185	0,76%	0,05%
2.6 Outros benefícios	1.904	6,93%	0,40%	3.843	15,75%	1,01%
Total de Indicadores sociais internos	17.497	63,72%	3,70%	18.694	76,63%	4,93%

3) INDICADORES EXTERNOS	SOCIAL	VALOR (R\$)	% FPB	% RL	VALOR (R\$)	% FPB	% RL
-------------------------	--------	-------------	-------	------	-------------	-------	------

3.1 Educação		10	0,04%	0,00%	2	0,01%	0,01%
3.2 Saúde e saneamento		121	0,44%	0,03%	201	0,82%	0,05%
3.3 Outros		135	0,49%	0,03%	125	0,51%	0,03%
3.4 Tributos (excluídos encargos sociais)		14.161	51,57%	3,00%	9.526	37,94%	2,44%
Total de Indicadores sociais externos		14.427	52,54%	3,06%	9.584	39,29%	2,53%

4) INDICADORES AMBIENTAIS	VALOR (R\$)	% FPB	% RL	VALOR (R\$)	% FPB	% RL
---------------------------	-------------	-------	------	-------------	-------	------

4.1 Investimentos relacionados com a operação da Concessionária	33	0,12%	0,01%	114	0,47%	0,03%
Total de Investimentos em meio ambiente	33	0,12%	0,01%	114	0,47%	0,03%

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar e eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	<input checked="" type="checkbox"/> Não Possui metas <input type="checkbox"/> Cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> Cumpre de 50% a 75% <input type="checkbox"/> Cumpre de 75% a 100%		<input checked="" type="checkbox"/> Não Possui metas <input type="checkbox"/> Cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> Cumpre de 50% a 75% <input type="checkbox"/> Cumpre de 75% a 100%	
---	---	--	---	--

5) INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2021	2020
5.1. N° de funcionários ao final do período	618	590
Tempo de serviço	6,80% até seis meses 8,41% de seis meses a um ano 9,87% entre um e dois anos 20,06% entre dois e cinco anos 54,85 % mais de cinco anos	7,29% até seis meses 4,41% de seis meses a um ano 7,46% entre um e dois anos 20,17% entre dois e cinco anos 60,68 % mais de cinco anos
5.2 N° de admissões durante o período	101	76
5.3 N° de demissões durante o período	73	84
5.4 N° de colaboradores terceirizados	909	770
5.5 N° de estagiários	6	12
5.6 N° de colaboradores entre 18 e 25 anos	90	73
5.7 N° de colaboradores entre 25 e 45 anos	463	467
5.8 N° de colaboradores acima de 45 anos	65	50
5.9 N° de mulheres que trabalham na concessionária	270	273
5.10 % de chefia ocupados por mulheres	33,72%	21,95%
5.11 N° de negros que trabalham na concessionária	95	115
5.12 % de cargos de chefia ocupados por negros	20,93%	12,24%
5.13 N° de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	18	18
5.14 Total de horas extras pagas	739	644
5.15 Total de INSS pagos	6.520	6.168
5.16 Total de FGTS Pagos	1.722	1.634
5.17 Total de IR recolhido no período	-15.483	-17.450
5.18 Total de CSLL recolhido no período	-5.574	-5.549
5.19 Total de PIS recolhido no período	2.352	2.311
5.20 Total de COFINS recolhido no período	10.853	10.665
5.21 Total de outros tributos recolhidos no período	22.162	19.369

6) INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2021	2020
6.1 Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	32,32	35,35
6.2 Número total de Acidentes de trabalho	1	3
6.3 Ações de Relevante de Interesse Social	4	4
6.4 Projetos sociais e ambientais são definidos por	(X) Direção () Empregado(as) () Beneficiários () Direção, Empregado(as), Beneficiários	(X) Direção () Empregado(as) () Beneficiários () Direção, Empregado(as), Beneficiários
6.5 Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() Direção (X) Direção e Gerências () Todos os colaboradores	() Direção (X) Direção e Gerências () Todos os colaboradores
6.6 Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária	(X) Todos + CIPA () Não se envolve () Segue as normas da OIT () Incentiva as normas da OIT	(X) Todos + CIPA () Não se envolve () Segue as normas da OIT () Incentiva as normas da OIT
6.7 Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	() Não são considerados () São sugeridos (X) São exigidos	() Não são considerados () São sugeridos (X) São exigidos
6.8 Na participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a Empresa	() Não se envolve (X) Apoia () Organiza e incentiva	() Não se envolve (X) Apoia () Organiza e incentiva
6.9 Valor adicionado total a distribuir (Valor milhares reais R\$)	81.548	99.426
6.10 Distribuição do Valor Adicionado (%)	25,36% Governo -62,41% Acionistas 89,92% Terceiros 47,13% Retido	15,51% Governo -37,32% Acionistas 84,67% Terceiros 37,14% Retido

13. Sustentabilidade

A missão da VIABAHIA é de administrar as rodovias com responsabilidade, contribuindo para o desenvolvimento do estado da Bahia, através da interação com pessoas e comunidades, com soma de valor para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Seguindo os protocolos de saúde devido ao cenário da pandemia do COVID-19, e a necessidade de se evitar aglomerações de modo a conter a disseminação do vírus, os projetos e ações que visam estimular a conscientização, participação e a educação dos usuários das rodovias e comunidades no entorno do trecho sob sua administração tiveram redução.

Para preservar a saúde o bem estar e a segurança dos colaboradores, terceirizados e comunidades foram criadas as seguintes medidas:

- Firmar procedimentos para a implantação de trabalho administrativo em sistema home office, objetivando a mitigação da exposição de grupos vulneráveis e a transmissão no âmbito da VIABAHIA, dentro das atividades que permitem a realização do trabalho à distância
- Providenciar resposta às necessidades de informação e comunicação, interna e externa (Plano de Comunicação).
- Orientação as empresas terceirizadas quanto à sua responsabilidade em seguir todas as medidas por ela adotadas com relação à Pandemia, bem como adotar todos os meios necessários para conscientizar e prevenir seus trabalhadores acerca dos riscos do contágio do Coronavírus e da obrigação de notificação da VIABAHIA contratante quando do diagnóstico de trabalhador com a doença (COVID-19).

13.1. Desempenho Socioambiental

PROGRAMA VIA EDUCATIVA

- Semana Nacional de Trânsito

A Semana Nacional de Trânsito ocorreu entre os dias 18 a 25 de setembro, período definido no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para a intensificação das orientações de educação, com o objetivo de reduzir os índices de acidentes e vítimas. A campanha é direcionada à responsabilidade de pedestres, ciclistas, motociclistas, motoristas e passageiros e o tema deste ano foi “No trânsito, sua responsabilidade salva vidas” e conta com as participações da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

- Café na Passarela

No mês de dezembro, foi realizado o Café na Passarela no equipamento localizado no Km 613 da BR-324, em Salvador. Este projeto tem por objetivo conscientizar a população para o uso do equipamento, garantindo a integridade física de pedestres e usuários, que circulam diariamente pelas rodovias sob administração da empresa. Toda a ação contou com a parceria da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

PROGRAMA VIA AMBIENTAL

Em setembro de 2021, como marco do Dia da Árvore, foram criadas duas hortas, a primeira em Lagoa Nova, na cidade de Poções, cortada pela BR-116 e, a segunda horta, no povoado de Duas Irmãs, em Manoel Vitorino, a 450 km de Salvador. O povoado de Duas Irmãs, em Manoel Vitorino, é formado por mais de 80 famílias e essa iniciativa impactou em cerca de 60% das pessoas. Já Lagoa Nova, em Poções, é formada por quatro comunidades, como cerca de 5 mil famílias.

Também no mês de setembro foi realizada campanha educativa, como marco do Dia Nacional de Defesa da Fauna, onde foram instalados painéis ao longo das rodovias, sinalizando sobre a presença de alguns animais silvestres e o risco de atropelamento. O país possui uma das mais ricas biodiversidades do planeta e essa data ajuda a lembrar da importância da preservação da nossa fauna. Com o propósito de preservação, a VIABAHIA desenvolve algumas estratégias como o monitoramento das espécies que circulam pela faixa de domínio e a retirada de animais que são encontrados próximos à via. Além disso, atualmente, estão sendo executadas passagens de faunas, que são espaços criados para que os animais consigam se deslocar com segurança, assim, evitando atropelamentos.

PROGRAMA VIA SAÚDE

- Projeto Saúde na Via

A primeira edição do Saúde na Rodovia em 2021 encerrou as atividades com mais de 720 atendimentos feitos em oito municípios baianos. De 24 a 31 de janeiro, as equipes médicas percorreram 1,2 mil quilômetros e ofereceram procedimentos como aferição de pressão, de temperatura e teste de glicemia aos caminhoneiros e motoristas que estiveram nos pontos de realização do evento. A iniciativa foi uma parceria da VIABAHIA Concessionárias de Rodovias S.A e a Associação Brasileira de Transportadores Usuários de Vias Concedidas (UsuVias). O percurso do Saúde na Rodovia incluiu as seguintes cidades: Candeias, Feira de Santana, Santo Estevão, Rafael Jambeiro, Jaguaquara, Planalto, Vitória da Conquista e Cândido Sales. Todas as ações tiveram o apoio de postos de gasolina da região.

- Saúde no Trecho

Através de uma estratégia colaborativa, a VIABAHIA e a VITALMED, o Projeto Saúde no Trecho durante ano de 2021, atendeu mais de 150 pessoas em 03 municípios baianos. A caravana da saúde, realizada contou com o apoio das prefeituras e secretarias municipais de saúde. A caravana ofereceu um profissional médico e equipe de enfermagem, que realizaram consulta clínica, requisição de exames, aferição da pressão arterial e teste rápido de glicemia capilar. As secretarias municipais de saúde, parceiras da ação, aproveitaram o momento para atualizar a carteira de vacinação, realizar atendimento odontológico, testes rápidos para HIV, sífilis, hepatites virais, oferecer apoio psicológico, dentre outros. Devido ao avanço da população vacinada e da redução nos casos de Covid-19 registrados no país, não foram realizados os testes rápidos para detecção do novo coronavírus, porém, alguns protocolos em biossegurança foram mantidos, tais como a obrigatoriedade do uso da máscara durante todo o atendimento, distanciamento social e a disponibilização de álcool em gel.

- Caravana Juntos na Via

Em dezembro aconteceu a primeira edição da Caravana Juntos na Via, na cidade de Vitória da Conquista, sudoeste baiano. A ação da VIABAHIA aconteceu nos bairros Vila Sul e Vila Bonita e contou com a parceria da VITALMED e da Secretaria de Saúde do município.

Durante o mutirão, mais de 60 pessoas tiveram acesso aos atendimentos de saúde. Elas passaram por consultas clínicas, odontológicas e avaliações como aferição de pressão e teste rápido de glicemia. O momento também foi importante para que a população conhecesse melhor o trabalho da concessionária e o processo de revisão contratual que está em curso.

PROGRAMA SER VOLUNTÁRIO

No dia 22 de março é comemorado o Dia Mundial da Água, trazendo à tona discussões sobre importância da prevenção ao desperdício, poluição e preservação deste recurso hídrico que é fonte de vida. Foi realizada a doação de kits de material ilustrativo e educativo para pintura, com a temática da água, além de kits de lanches para o Instituto Beneficente Conceição Macedo, que promove assistência à 74 crianças portadoras do vírus HIV, com idade entre 2 e 5 anos de idade. No local, as crianças recebem os cuidados necessários para o desenvolvimento, como alimentação, esporte, lazer, arte, educação e letramento, além da adesão ao tratamento com os antirretrovirais. Devido à condição de risco, o instituto fez a entrega dos kits diretamente às crianças, em suas residências.

No mês de dezembro, sensibilizada com a tragédia ocasionada pelas fortes chuvas que atingem as regiões sul e sudoeste do estado nos últimos dias, foram disponibilizadas uma área no estacionamento das sete praças de pedágio como pontos de arrecadação de donativos

Os donativos foram arrecadados por meio de uma campanha organizada pela concessionária no final de 2021, momento em que as chuvas deixaram mais de 170 municípios baianos em estado de emergência. Somente no município de Milagres, cerca de 150 famílias foram atingidas diretamente e outras 300 de forma indireta.

Ao todo, foram entregues quase 100 cestas básicas, peças de roupas, sapatos, cobertores e água. Durante a campanha, a VIABAHIA contou com a solidariedade dos seus usuários, que puderam fazer as doações em cada uma das sete praças de pedágio, que ficam ao longo da BR-324 e BR-116.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03, a Companhia informa que, no exercício findo em 31.12.2021 não contratou os seus auditores para outros serviços, fora aqueles relacionados à própria auditoria contábil. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

As informações financeiras da VIABAHIA Concessionárias de Rodovias S/A apresentadas neste Relatório, Demonstrações Financeiras e seus Anexos, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações contábeis auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Declaração da Diretoria

A diretoria da VIABAHIA Concessionárias de Rodovias S/A, declara nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Salvador, 29 de março de 2022

Diretoria

José Pedro Guerreiro Bartolomeu
Diretor Presidente

Bruno Viacelli Pontello
Diretor Administrativo Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Hederverton Andrade Santos
Diretor Jurídico e Regulatório

Conselho de Administração

José António Labarra Blanco
Presidente

José Pedro Guerreiro Bartolomeu
Conselheiro

Eduard Soler Babot
Conselheiro

José Ramon Ballestros Martínez
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.
Salvador - BA

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Revisão do contrato de concessão rodoviária e plano estratégico de contingência

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, onde a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2021, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 182.003, além de prejuízos no exercício corrente e acumulado nos montantes de R\$ 50.897 e R\$ 261.536, respectivamente. Com o objetivo de superar essa instabilidade financeira e operacional, a Administração preparou um plano de contingência contendo um conjunto de ações, tendo como destaque o processo junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), no âmbito do procedimento arbitral protocolado no Centro de Arbitragem e Medição da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), requerendo o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em paralelo, a Companhia vem galgando êxitos nas negociações de postergação de parte dos vencimentos de suas dívidas de curto prazo junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além da obtenção de novas captações de recursos para complementar as perdas de capital de giro decorrentes dos prejuízos incorridos na operação. As demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2021, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e/ou classificação dos valores de ativos e passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

Os sistemas de arrecadação de pedágio são utilizados para mensuração e cobrança das passagens dos veículos, sendo cobrada manualmente pelas cabines ou de forma automática via dispositivo eletrônico de identificação (“TAG”) instalado no interior dos veículos. O direito dessa cobrança decorre do contrato de concessão do serviço público procedida da execução de obra pública. As tarifas dos pedágios são reajustadas anualmente, conforme estabelecido no contrato de concessão.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista o volume de informações processadas até o registro contábil.

Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, a Companhia registra uma provisão no passivo decorrente de gastos relacionados a perspectiva de ampliação da rodovia constante no contrato de concessão, com a denominação Programa de Exploração da Rodovia (“PER”). Para mensurar o valor desses investimentos são contempladas premissas e julgamentos relevantes para estimar o fluxo das obras, o valor futuro desses gastos e taxas de desconto a valor presente.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, pois o reconhecimento dessa provisão envolve julgamento relevante da Companhia na avaliação dos critérios para definição do momento de registro, principalmente no que tange ao valor de atualização desses gastos e taxa de desconto a valor presente.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Indagação junto à Administração quanto ao entendimento dos controles relacionados ao reconhecimento da receita;
- Envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas para aplicação de testes nos controles automatizados utilizados pela Companhia;
- Recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relatórios de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes;
- Confirmação externa junto aos operadores que comercializam o dispositivo eletrônico de identificação dos veículos;
- Avaliação da divulgação nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos aplicados, concluímos pela razoabilidade da receita, bem como das informações incluídas nas notas explicativas decorrente da arrecadação do pedágio.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do ambiente de controle que gera as informações para melhor estimativa da provisão;
- Leitura do contrato de concessão para entendimento das obrigações do Programa de Exploração da Rodovia;
- Discussão com a Administração para avaliação das premissas utilizadas na mensuração desses gastos futuros;
- Avaliação das taxas de atualização dos custos e de desconto do fluxo de caixa;
- Avaliação se todas as divulgações relevantes a esse tema foram divulgadas adequadamente nas demonstrações contábeis.

Com base as evidências obtidas, determinamos que o reconhecimento da provisão decorrente das obrigações do Programa de Exploração da Rodovia são razoáveis para suportar os valores contabilizados e informações incluídas nas notas explicativas.

Avaliação do risco de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados a concessão

Conforme descrito nas Notas Explicativas ° 2.5 e 8 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia anualmente, indicativos de riscos que possam existir na redução do valor recuperável para seus ativos intangíveis de vida útil definida, em virtude do contrato de concessão. Nessa avaliação são contempladas premissas e julgamentos relevantes para estimar fluxos de caixa futuro, incluindo volumes de tráfego, valor de tarifa, custos operacionais e taxas de desconto a valor presente. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, efetuou suas avaliações e concluiu sobre a inexistência de necessidade de reconhecimento de perdas às demonstrações contábeis. Adicionalmente, considerando a discussão em curso com o poder concedente, a Administração efetuou análise adicional sobre a realização dos ativos intangíveis da concessão por meio do cálculo estimado dos valores de indenização relativos aos investimentos vinculados a bens reversíveis não depreciados ou amortizados, líquidos de descontos potenciais previstos em regulamentação setorial vigente.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que possíveis variações nessas premissas podem alterar de forma relevante as demonstrações contábeis da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Envolvimento de nossos especialistas em avaliação econômico-financeira;
- Revisão da metodologia e dos modelos utilizados na mensuração do fluxo de caixa descontado a valor presente do contrato, incluindo a análise da razoabilidade das premissas utilizadas e da integridade dos dados fornecidos pela Administração da Companhia;
- Análise de sensibilidade sobre tais premissas para avaliar o comportamento do valor presente do fluxo de caixa, considerando outros cenários e premissas, com base em dados de mercado;
- Avaliação da aderência aplicada pela Companhia com relação à regulamentação vigente relacionada a indenização de bens reversíveis não depreciados ou amortizados;
- Avaliação da divulgação nas demonstrações contábeis.

Durante o processo de auditoria identificamos a necessidade de ajustes que afetaram o fluxo de caixa apresentado, os quais foram corrigidos pela Administração. Ademais, estes ajustes afetaram apenas o fluxo de caixa descontado, sem necessidade de ajuste contábil.

Com base nas evidências obtidas, considerando a incerteza inerente ao processo de determinação do fluxo de caixa descontado, determinamos que estas são razoáveis para suportar os saldos contabilizados como ativos intangíveis e informações incluídas nas notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa opinião, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de maneira consistente com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 29 de março de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA

Manuel Perez Martinez Junior
Contador CRC 1 BA 025458/O-0

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	20.089	105.552	Fornecedores	9	69.649	53.766
Contas a receber	4	20.331	19.885	Empréstimos e financiamentos	10	80.328	186.223
Tributos a recuperar		4.061	743	Salários e encargos sociais		5.692	4.112
Despesas antecipadas	5	6.655	4.134	Imposto de renda e contrib. social a pagar		-	451
Outros ativos		1.481	774	Tributos a recolher		6.867	5.937
Total do ativo circulante		<u>52.617</u>	<u>131.088</u>	Verba de fiscalização	14	626	572
				Valores a pagar com ANTT	12	22.446	24.664
NÃO CIRCULANTE				Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia	11	25.246	103.564
Depósitos judiciais		3.543	2.914	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	23	7.652	6.958
Outros ativos		1.633	1.633	Outros passivos		15.552	15.317
Aplicações Financeiras		400	-	Valores a pagar arrendamento mercantil	15	562	429
Imposto de renda e contrib. social diferidos	13	119.451	98.395	Total do passivo circulante		<u>234.620</u>	<u>401.993</u>
Direito de Uso (IFRS16)		2.078	1.776				
Imobilizado	7	4.038	4.469	NÃO CIRCULANTE			
Intangível	8	1.887.561	1.910.907	Empréstimos e financiamentos	10	364.570	412.262
Total do ativo não circulante		<u>2.018.704</u>	<u>2.020.094</u>	Valores a pagar arrendamento mercantil	15	1.516	1.576
				Valores a pagar com ANTT	12	5.739	5.004
				Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia	11	811.817	733.864
				Provisão para manutenção	24	9.984	7.444
				Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	23	2.297	2.162
				Total do passivo não circulante		<u>1.195.923</u>	<u>1.162.312</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
				Capital social		797.516	797.516
				Adiantamento para futuro aumento de capital	16d	104.798	-
				Prejuízos acumulados		(261.536)	(210.639)
						<u>640.778</u>	<u>586.877</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>2.071.321</u></u>	<u><u>2.151.182</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO		<u><u>2.071.321</u></u>	<u><u>2.151.182</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil, exceto o prejuízo por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
RECEITA LÍQUIDA	17	471.798	379.232
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(425.085)	(315.918)
LUCRO BRUTO		<u>46.713</u>	<u>63.314</u>
Despesas gerais e administrativas	19	(54.271)	(41.504)
Honorário da administração	6	(1.220)	(900)
Outras receitas (despesas) operacionais, liquidas		2.682	(1.791)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(6.096)</u>	<u>19.119</u>
Receitas financeiras	20	4.305	2.017
Despesas financeiras	20	(70.162)	(81.243)
RESULTADO FINANCEIRO		<u>(65.857)</u>	<u>(79.226)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(71.953)</u>	<u>(60.107)</u>
Imposto de renda e contribuição social – correntes	21	-	(2.119)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	21	21.056	25.118
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(50.897)</u>	<u>(37.108)</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - Em R\$	22	(0,080)	(0,058)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(50.897)	(37.108)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(50.897)</u>	<u>(37.108)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital			Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
		subscrito	a realizar	realizado			
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2020		797.516	-	797.516	-	(173.531)	623.985
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(37.108)	(37.108)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>797.516</u>	<u>-</u>	<u>797.516</u>	<u>-</u>	<u>(210.639)</u>	<u>586.877</u>
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2021		797.516	-	797.516	-	(210.639)	586.877
Adiantamento para futuro aumento de capital	16d				104.798		104.798
Prejuízo do exercício		-	-	-		(50.897)	(50.897)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>797.516</u>	<u>-</u>	<u>797.516</u>	<u>104.798</u>	<u>(261.536)</u>	<u>640.778</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(71.953)	(60.107)
Ajustes de			
Depreciação e amortização	7 e 8	143.756	136.689
Provisão (reversão) para contingências	19	827	(810)
Provisão para manutenções	24	2.131	4.546
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10.3	39.171	46.939
Apropriação dos custos de transação	10.3	674	847
AVP da provisão para investimento da rodovia	11, 20, 24	24.200	30.435
AVP Arrendamento mercantil	20	(70)	191
Atualização e Multas ANTT	12	1.103	692
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	4	10	8
Baixa de ativo intangível	8, 18	2.525	-
Margem de lucro de construção	17	(2.898)	(1.094)
		<u>139.476</u>	<u>158.336</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(456)	(339)
Tributos a recuperar		(3.318)	777
Despesas antecipadas		(2.521)	(1.349)
Outros ativos		(1.336)	(1.200)
Fornecedores		15.883	(3.240)
Direito de uso pagos		(716)	(622)
Salários e encargos sociais		1.580	(1.373)
Tributos a recolher		930	756
Outros passivos		(4.501)	(4.214)
Caixa gerado nas operações			
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	10.3	(40.309)	(23.511)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(451)	(2.178)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>104.261</u>	<u>121.843</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de bens do ativo imobilizado	7	(737)	(576)
Aquisições de bens do ativo intangível	8	(142.468)	(49.389)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(143.205)</u>	<u>(49.965)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos recebidos	10.3	-	40.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	10.3	(151.317)	(47.431)
Adiantamento para futuro aumento de capital		104.798	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(46.519)</u>	<u>(7.431)</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>(85.463)</u></u>	<u><u>64.447</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3	105.552	41.105
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3	20.089	105.552
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>(85.463)</u></u>	<u><u>64.447</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
RECEITAS		<u>502.747</u>	<u>409.909</u>
Receita de pedágio e acessórias		354.983	354.104
Receita de construção	17	147.764	55.805
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		<u>(281.905)</u>	<u>(174.020)</u>
Custo do serviço de construção	18	(144.866)	(54.711)
Custo da concessão		(106.941)	(99.842)
Outras despesas		(30.098)	(19.467)
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>220.842</u>	<u>235.889</u>
Depreciação e amortização	7 e 8	(146.281)	(136.689)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		<u>74.561</u>	<u>99.200</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	20	4.305	2.017
Outras receitas		2.682	(1.791)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>81.548</u>	<u>99.426</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal		<u>38.437</u>	<u>36.922</u>
Remuneração direta		24.096	22.752
Benefícios		9.100	10.175
Despesas com desligamento		1.301	708
Honorários da administração	6	1.220	900
Encargos sociais (exceto INSS)		1.873	1.723
Outros		847	664
Impostos, taxas e contribuições		<u>20.681</u>	<u>15.424</u>
PIS/COFINS sobre faturamento		13.205	12.975
Imposto de renda e contribuição social		(21.056)	(22.999)
INSS (sobre folha de pagamento)		6.520	6.168
ISS sobre faturamento		17.744	17.702
Outros		4.268	1.578
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízos		(50.897)	(37.108)
Remuneração de capitais de terceiros		<u>73.327</u>	<u>84.188</u>
Juros e variações cambiais	20	70.162	81.243
Alugueis		3.165	2.945
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		<u>81.548</u>	<u>99.426</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. (“Viabahia” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 11 de maio de 2009, com sede na Rua do Jaracatiá nº 106, Caminho das Árvores, Salvador, estado da Bahia.

A Companhia tem como objetivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário, pelo prazo de 25 anos, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio. A obtenção da concessão não foi objeto de pagamento de outorga e não está previsto no contrato de concessão o aumento de tarifa em função dos investimentos realizados.

A obtenção da concessão do sistema rodoviário se deu em 20 de outubro de 2009 mediante o Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (“DNIT”) cede, no regime de concessão, o sistema rodoviário e os bens da concessão à Viabahia. O sistema rodoviário objeto do Edital nº 001/2008 é composto pelas rodovias federais e estaduais, as quais totalizam 681 km de extensão conforme detalhado a seguir:

- BR-116 Feira de Santana - Divisa BA/MG;
- BR-324 Salvador - Feira de Santana;
- BA-526 Entrada BR-324 - Entrada BA-528;
- BA-528 Entrada BA-526 - Acesso Base Naval de Aratu.

De maneira geral, o Programa de Exploração da Rodovia (“PER”) estabelece as seguintes obrigações durante o período de concessão:

- Obras iniciais: compreendem as obras e serviços que a Companhia deverá executar imediatamente após a data da assunção até o 6º (sexto) mês do Prazo da Concessão (que correspondia até abril de 2010). Estas obras foram finalizadas e recebidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) em 29 de outubro de 2010, devido a intercorrências ocorridas como elevada taxa pluviométrica registrada na região, paralisação dos trabalhadores da construção pesada em todo o Estado da Bahia e dificuldades em acordar junto à Polícia Rodoviária Federal os horários para interdições das faixas;
- Recuperação: obras e serviços que têm por objetivo o restabelecimento das características originalmente existentes nos diversos elementos do Sistema Rodoviário. O PER estabelece que esses trabalhos devem ser iniciados imediatamente após a conclusão das obras iniciais;

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

- Duplicação condicionada: realização de obras de duplicação de pista da rodovia BR 116 e a implantação de terceira faixa de rolamento nos dois sentidos na rodovia BR 324, que totalizam, respectivamente, 441,6 Km e 106,7 Km de extensão, conforme indicado no PER (Programa de Exploração Rodoviária). As obras condicionadas são objeto da revisão quinquenal protocolada junto a ANTT em 2017 e do processo arbitral junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá (CAM-CCBC) instaurado a requerimento da Viabahia no início de 2020, para compelir o Poder Concedente a cumprir obrigações contratuais, com o objetivo de reequilibrar o contrato de concessão;
- Obras obrigatórias: são obras e serviços de ampliação de capacidade (duplicação obrigatória do trecho da BR-116 entre o entroncamento com o Contorno Sul de Feira de Santana e o entroncamento com a BR-242), melhorias físicas e operacionais, dentre outras. As obras foram concluídas e estão em operação desde dezembro 19.

Investimentos realizados

A Companhia iniciou em 2021 o 12º ano do seu contrato de concessão com a Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT e, apesar da ausência de desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e queda da economia dos últimos anos, vem realizando investimentos em trabalhos de recuperação do pavimento, recapeamento, renovação e instalação de sinalizações, desenvolvendo projetos de ampliação e melhorias operacionais assim como obras de duplicação obrigatórias, construção de passarelas, terraplenos, estruturas de contenção e implantação de fibra óptica, em 681 km da rodovia. O total de investimentos realizados até dezembro de 2021 foi de R\$ 2.066.362, distribuído em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança, e em obras de duplicação na rodovia.

A Companhia estima, em 31 de dezembro de 2021, que para cumprir com as obrigações conforme contrato de concessão necessita do montante de R\$ 837.063 (R\$ 837.428 em 31 de dezembro de 2020) referente a investimentos para ampliação e renovação de rodovias, a valores atuais.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo revisados pelo menos anualmente. A Companhia vem negociando com o órgão regulador o prazo de execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio em sua revisão quinquenal, conforme descrito a seguir.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

Reequilíbrio Contrato de Concessão

Em 22 de fevereiro de 2017, a ANTT comunicou, através do Ofício nº 096/2017/SUINF, a sua concordância com a abertura do processo da Revisão Quinquenal, prevista na cláusula 16.5 do Contrato de Concessão, que possibilita a reavaliação da Concessão em relação à sua compatibilidade com as reais necessidades advindas do Sistema Rodoviário e do cenário econômico brasileiro.

Em 8 de junho de 2017, através da carta VB-GEC-0540/2017, foi apresentada à ANTT a primeira proposta da revisão quinquenal, e, em 21 de agosto de 2017, foi entregue a proposta final.

Em 24 de abril de 2018 a ANTT, através do Ofício nº 0228/2018/GEFOR/SUINF efetuou a análise parcial dos parâmetros operacionais, parâmetros de desempenho e propostas de alteração contratual protocoladas na proposta original da Revisão Quinquenal.

Em 10 de agosto de 2018, através da carta VB-GEC-0737/2018 a Viabahia cobrou a apreciação célere e motivada dos pleitos, além de propor atuação conjunta, por meio da fixação de cronograma de reuniões e prazos para deliberação final de todas as revisões tarifária e contratual.

Em 07 de maio de 2019, através da carta VB-GEC-0423/2019 a Companhia requer que seja informada a exata situação da análise da 1ª Revisão Quinquenal e que seja definido calendário com prazos para a sua conclusão, que deverão ser estritamente cumpridos pela ANTT.

Em 22 de agosto de 2019, foi concedida pela 3ª Vara Federal Cível da SJDF a medida acautelatória nº 1023220-63.2019.4.01.3400, com fundamento no art. 22-A da Lei nº 9.307/96, para: i) assegurar que, até a apreciação dos conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual pelo juízo arbitral e/ou até a apreciação do pleito de revisão contratual (quinquenal), a ANTT mantenha as mesmas bases econômico-financeiras contratuais, incluída a condição tarifária, sem nova redução; ii) se abstenha de aplicar penalidades administrativas e contratuais atreladas a obrigações de investimento, inclusive a de caducidade, respeitado o poder de fiscalização sobre a exploração do serviço delegado; e iii) se abstenha de impor obrigações à concessionária que estejam atreladas aos investimentos previstos no contrato de concessão.

Em setembro de 2019, foi protocolado no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá - CAM-CCBC requerimento de instauração de procedimento arbitral contra a ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres. O pedido de instauração visa solucionar controvérsia fundada no contrato de concessão através do Edital nº 001/2008. O procedimento arbitral tem como objetivo o aprimoramento contratual e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 12 de dezembro de 2019, foi deferida a medida acautelatória nº 1023220 - 63.2019.4.01.3400, para assegurar que até a apreciação dos conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual, a ANTT mantenha as mesmas bases econômicas-financeiras contratuais, incluindo a condição tarifária, sem nova redução, se abstenha de aplicar penalidades administrativas e contratuais atreladas a obrigações de investimentos, inclusive a de caducidade, respeitando o poder de fiscalização sobre a exploração do serviço delegado e se abstenha de impor obrigações à concessionária que estejam atreladas aos investimentos previstos no contrato de concessão.

Em 01 de junho de 2020, o Tribunal Arbitral do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá - CAM-CCBC, por meio da ordem processual nº 05 no procedimento arbitral nº 64/2019/SEC7, decidiu pela revogação da medida liminar concedida em 12 de dezembro de 2019 nº 1023220-63.2019.4.01.3400, que assegura que até a apreciação dos conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual, a ANTT mantenha as mesmas bases econômicas-financeiras contratuais, incluída a condição tarifária, sem nova redução, se abstenha de aplicar penalidades administrativas e contratuais atreladas a obrigações de investimentos, inclusive a de caducidade, respeitando o poder de fiscalização sobre a exploração do serviço delegado e se abstenha de impor obrigações à concessionária que estejam atreladas aos investimentos previstos no contrato de concessão.

Manteve-se, entretanto, por meio da mesma ordem processual, a medida liminar concedida em 24 de outubro 2019 1003068-43.2018.4.01.0000, que suspende a execução das Obrigações e Investimentos previstos no item 2 Seção I do PER, isto é, obras e serviços não obrigatórios, obras e serviços de caráter obrigatório e obras condicionadas, bem como serviços não essenciais, além de suspender a exigibilidade das sanções advindas de eventual descumprimento das obrigações até que haja a conclusão da 1ª Revisão Quinquenal do Contrato de Concessão da agravante. Estamos aguardando manifestação da ANTT sobre a deliberação da Câmara de Comércio Brasil Canadá - CAM-CCBC para adoção das medidas pertinentes.

Foi publicada no Diário Oficial da União em 01 setembro de 2021 a 10ª Revisão Ordinária e 13ª Revisão Extraordinária, reduzindo a tarifa de pedágio em 14,83%, passando de R\$ 5,10 para R\$ 4,30 nas praças de pedágio da rodovia BR 116 e de R\$ 2,90 para R\$ 2,40 nas praças de pedágio da rodovia BR 324.

Em 13 de outubro de 2021, foi julgado procedente pela 6ª Vara Federal Cível da SJDF (decisão nº 1009371-92.2017.4.01.3400) o pedido, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, a fim de conceder a tutela específica inibitória, nos termos dos artigos 497 e 1012 §1º, V, do CPC/2015, tão somente até que seja concluído o processo de revisão quinquenal no contrato de concessão, nos termos da cláusula 16.5.1.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Com a decisão seus efeitos são imediatos, na qual afasta a exigibilidade das obrigações não essenciais do Contrato de Concessão, bem como apenamentos sobre eventual descumprimento.

Em 09 de dezembro de 2021, a diretoria da ANTT emitiu relatório nº 673/2021, em que propõe a diretoria colegiada a instauração do procedimento administrativo ordinário nº 50500.068489/2021-97 para decretação da caducidade da concessão, baseada na existência de 5 (cinco) multas administrativas que não teriam sido tempestivamente regularizadas pela concessionária. No dia 17 de dezembro de 2021, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região deferiu o agravo de instrumento interposto pela Concessionária impedindo a ANTT de dar prosseguimento ao referido processo administrativo, enquanto estiver suspensa a exigibilidade das multas em questão, as quais compõe o processo de arbitragem que está em andamento. Ver complemento na nota explicativa nº 28, eventos subsequentes.

Investigações envolvendo a Companhia

Como é de conhecimento público, com base no processo de auditoria promovido em abril 2019 pelo TCU com o objetivo de verificar a conduta da ANTT durante os processos de revisão de tarifa junto a concessões de rodovias federais, o TCU instruiu a Polícia Federal a investigar possíveis irregularidades em alguns conceitos considerados na revisão tarifária de 2017 do Contrato de Concessão - Edital nº 001/2008. Até 31 de dezembro de 2021, nenhum novo registro foi verificado e não há impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

1.1. Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia acumulou prejuízos em sua operação no montante de R\$ 50.897 (R\$ 37.108 em 31 de dezembro de 2020) e apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 182.003 (R\$ 270.905 em 31 de dezembro de 2020). Essa situação de capital circulante negativo é usual nas fases iniciais e intermediárias aos empreendimentos de concessão de serviços públicos, uma vez que no início do projeto há uma incidência muito grande de investimentos para ampliação e recuperação da rodovia, sendo que a previsão de gastos para 2022 está estimada em R\$ 25.246, para obras de recuperação e demais obras de infraestrutura. Além da revisão quinquenal do contrato os planos da Administração visam à recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso, a Administração busca a contínua eficiência operacional e conseqüentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. A geração de caixa e os recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulante e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

A Administração está discutindo com o BNDES os termos e características do financiamento aprovado em 21 de novembro de 2012 no montante total de R\$ 1.369.143. Os desembolsos efetuados diretamente pelo BNDES e pelos bancos repassadores até 31 de dezembro de 2021 totalizaram o montante de R\$ 847.275. Não houve recebimento de recursos no exercício de 2021.

Em 09 de agosto de 2018, a Companhia celebrou, com o BNDES, Instrumento Particular de Acordo de Suspensão Temporária de Exercício de Direitos e Outras Avenças (“*Standstill*”), através do qual foi acordada a suspensão do pagamento das próximas 12 (doze) prestações do valor de principal do contrato de financiamento mantido entre a Companhia e o BNDES, no período compreendido entre setembro de 2018 e agosto de 2019.

Os valores referentes as prestações postergadas no período acima mencionado estavam programadas para serem liquidadas em maio de 2020.

Em 22 de abril de 2020, a Companhia celebrou o 4º aditivo com o BNDES, através do qual foi acordada a criação do Subcrédito “E1” com os valores das parcelas suspensas e não pagas do *Standstill* no valor R\$ 56.781, que serão liquidadas em parcela única em maio de 2023.

Em 04 de agosto de 2020, a Companhia celebrou o 5º aditivo junto ao BNDES, acordando a suspensão dos pagamentos de 6 (seis) prestações de principal e juros compensatórios da dívida nos termos da medida emergencial de combate aos impactos do Coronavírus anunciado pelo BNDES em março de 2020. O pagamento das parcelas vincendas entre 15 de julho de 2020 a 15 de dezembro de 2020 que estava suspenso foi retomado em 15 de janeiro de 2021. Os Bancos Repassadores igualmente aderiram à proposta de auxílio emergencial, suspendendo as amortizações mensais para o mesmo período. Os valores das prestações suspensas serão incorporados ao saldo devedor e distribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato.

1.2. Efeitos da Pandemia do COVID-19

A Administração da Companhia monitora de maneira contínua a evolução da pandemia da COVID-19, atuando para minimizar impactos nas suas operações e na sua posição patrimonial e financeira implementando medidas apropriadas para garantir a continuidade das operações, proteger o caixa, melhorar a liquidez e promover a saúde e a segurança de todos nossos colaboradores e usuários do trecho sob concessão da Viabahia.

Para preservar a saúde, o bem-estar e a segurança dos colaboradores, terceirizados e comunidades foram criadas as seguintes medidas:

- Firmar procedimentos para a implantação de trabalho administrativo em sistema *home office*, objetivando a mitigação da exposição de grupos vulneráveis e a transmissão no âmbito da Viabahia, dentro das atividades que permitem a realização do trabalho à distância;
- Providenciar resposta às necessidades de informação e comunicação, interna e externa (Plano de Comunicação);
- Orientação as empresas terceirizadas quanto à sua responsabilidade em seguir todas as medidas por ela adotadas com relação à Pandemia, bem como adotar todos os meios necessários para conscientizar e prevenir seus trabalhadores acerca dos riscos do contágio do Coronavírus e da obrigação de notificação da Viabahia contratante quando do diagnóstico de trabalhador com a doença (COVID-19).

2. Principais políticas contábeis

Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados a valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens ou serviços.

Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2022.

2.1. Instrumentos financeiros

Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: mensurados ao valor justo por meio de resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e custo amortizado.

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria.

Custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante

2.3. Imobilizado

Os ativos imobilizados são apresentados ao custo histórico, líquido de depreciação acumulada. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado.

2.4. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Tratamento específico relativo ao ativo intangível oriundo do contrato de concessão encontra-se descrito na Nota Explicativa nº 8.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

2.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.6. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos.

2.7. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para as diferenças tributárias temporárias, e impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre prestação do serviço de concessão, exceto:

- Quando os impostos sobre prestação do serviço incorridos na aquisição de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre a prestação do serviço é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas/ prestação do serviço;
- Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação do serviço, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

2.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios

- A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.10. Receita de Construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis), sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Para essa última modalidade, que é caso da Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas aos serviços de construção prestado. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utiliza o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 2% de margem, que reflete a melhor estimativa do valor dos serviços relacionados com a melhoria da infraestrutura (construção), considerando a estrutura administrativa e operacional da Companhia e os contratos de construção firmados para a implementação de tais obras, conforme demonstrado na Nota 17.

2.11. CPC06 (R2) - IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Companhia amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a companhia mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 7,3% a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito do financiamento do BNDES.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

2.12. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021

Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022;
- Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022;
- Alteração na norma IAS 8 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e,
- Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como atual ou não atual. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. No entanto, em maio de 2020, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2023.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

2.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

As premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Determinação das receitas de construção

Na apuração do valor justo da receita de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, considerando margem de lucro, conforme descrito na nota explicativa nº 17.

b) Intangível - ICPC 01 - Contratos de concessão

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

c) Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

O contrato de concessão determina que a Companhia realize investimentos em ampliação e renovação da rodovia, tendo sido registrada provisão referente ao valor orçado desse montante, ajustado a valor presente, à taxa de 2,47% a.a. (taxa de longo prazo ajustada pela inflação). A apropriação desses saldos no resultado do exercício, durante o período da concessão, é realizada em bases mensais, com base no custo de construção apurado. O custo de construção estimado é revisado anualmente em outubro e ajustado quando necessário.

d) Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do exercício para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

A Companhia também utiliza as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal e das normas emitidas pela ANTT, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS).

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	9.462	6.092
Aplicações financeiras de liquidez imediata	10.627	99.460
	<u>20.089</u>	<u>105.552</u>

As aplicações financeiras em CDB correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez (inferior a 90 dias), baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI a percentuais que variam de 98% a 101,0% (98,0% a 101,0% em 31 de dezembro 2020).

4. Contas a receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (CGMP)	12.215	14.184
Move Mais	1.653	2.443
DBTRANS - vale-pedágio e AVI	816	1.197
ConectCar	805	775
Alelo	1.491	1.031
Visa vale pedágio	89	98
Outros (a)	4.753	1.638
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.491)	(1.481)
	<u>20.331</u>	<u>19.885</u>

(a) Refere-se a contas a receber decorrentes de receitas provenientes de serviços acessórios do uso da faixa de domínio (Tim Celular S.A., Petrobras, TPE Transmissora Paraíso de Energia).

As contas a receber são representadas por recebíveis de pedágio eletrônico (CGMP, ConectCar e DBTRANS, Move Mais, Alelo) e vale pedágio (Visa Vale e DBTRANS). Os valores a receber do CGMP, no montante de R\$ 12.215 (R\$ 14.184 em 31 de dezembro 2020), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”) são repassados para a Companhia em até 45 dias a contar da transmissão dos dados da concessionária para o CGMP.

Provisão Estimada para Créditos em Liquidação Duvidosa

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração, considerando a composição das suas contas a receber em atraso e com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que a provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída é suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir é demonstrada a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	<u>Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.473)
Complemento de provisão	(8)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.481)
Complemento de provisão	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>(1.491)</u>

5. Despesas antecipadas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Seguros (i)	3.286	3.088
Benefícios pagos antecipadamente (ii)	688	661
Outras despesas	2.681	385
	<u>6.655</u>	<u>4.134</u>

- (i) Corresponde a despesas com seguros contratados pela Companhia, que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e que vem sendo apropriadas ao resultado ao longo desse período;
- (ii) Refere-se a gastos com a compra de vale-refeição, vale-alimentação, assistência médica e vale-transporte dos funcionários.

6. Honorários da Administração

Os honorários dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 1.220 (R\$ 900 - 2020), correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia não possui pessoal-chave que não seja estatutário e não possui planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

7. Imobilizado e ativo de direito de uso

	Edificações e benfeitorias	Equipamento e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Ativo de direito de uso	Outras imobilizações	Imobilizado andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2020										
Saldo inicial	1.225	1.593	681	559	1	18	2.292	69	944	7.382
Aquisições	-	44	880	16	-	-	-	-	-	940
Transferência/reclassificação	-	-	-	-	-	-	-	-	(935)	(935)
Depreciação	(142)	(294)	(292)	(140)	(1)	(6)	(387)	(23)	-	(1.285)
Saldo contábil, líquido	1.083	1.343	1.269	435	-	12	1.905	46	9	6.102
Em 31 de dezembro de 2020										
Custo	2.093	4.061	4.207	2.089	50	73	2.786	381	9	15.749
Depreciação acumulada	(1.010)	(2.718)	(2.938)	(1.654)	(50)	(61)	(881)	(335)	-	(9.647)
Saldo contábil, líquido	1.083	1.343	1.269	435	-	12	1.905	46	9	6.102
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.035	1.286	1.631	436	-	10	1.776	39	32	6.245
Aquisições	-	305	301	90	-	-	859	8	33	1.596
Transferência	-	6	7	10	-	-	-	-	(23)	-
Depreciação	(189)	(347)	(481)	(119)	-	(7)	(557)	(25)	-	(1.725)
Saldo contábil, líquido	846	1.250	1.458	417	-	3	2.078	22	42	6.116
Saldo em 31 de dezembro de 2021										
Custo	2.093	4.406	4.987	2.231	50	73	3.645	389	42	17.916
Depreciação acumulada	(1.247)	(3.156)	(3.529)	(1.814)	(50)	(70)	(1.567)	(367)	-	(11.800)
Saldo contábil, líquido	846	1.250	1.458	417	-	3	2.078	22	42	6.116
Taxas médias anuais de depreciação	10	10	20	10	20	10	10	10	-	-

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Intangível

	Construção da infraestrutura (i)			Softwares	Intangível em formação	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos			
Em 31 dezembro de 2020						
Saldo inicial	1.102.825	144.844	632.558	713	63.750	1.944.690
Adição	-	-	10.828	-	4.275	15.103
Transferência	-	64	51.614	-	(51.614)	64
Revisão da provisão de investimento	57.597	7.304	26.117	-	-	91.018
Realização provisão de investimento	34.835	3.973	1.894	-	-	40.702
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	(4.992)	(4.992)
Baixa de provisão de investimento	(34.835)	(3.973)	(1.894)	-	-	(40.702)
Amortização	(76.225)	(9.948)	(48.516)	(287)	-	(134.976)
Saldo contábil, líquido	1.084.197	142.264	672.601	426	11.419	1.910.907
Em 31 de dezembro de 2020						
Custo	1.518.762	193.359	924.967	4.569	11.419	2.653.076
Amortização acumulada	(434.565)	(51.095)	(252.366)	(4.143)	-	(742.169)
Saldo contábil, líquido	1.084.197	142.264	672.601	426	11.419	1.910.907
Saldo em 31 de dezembro de 2021						
Saldo inicial	1.084.197	142.264	672.601	426	11.419	1.910.907
Adição	2.647	-	2.525	29	4.912	10.113
Baixa	-	-	(2.525)	-	-	(2.525)
Transferência	1.689	978	-	0	(2.670)	(3)
Revisão da provisão de investimento	94.552	12.525	6.450	-	-	113.527
Realização provisão de investimento	109.122	11.748	16.813	-	-	137.683
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	(2.427)	(2.427)
Baixa da provisão de investimento	(109.122)	(11.748)	(16.813)	-	-	(137.683)
Amortização	(80.977)	(10.575)	(50.291)	(188)	-	(142.031)
Saldo contábil, líquido	1.102.108	145.192	628.760	267	11.234	1.887.561
Saldo em 31 de dezembro de 2021						
Custo	1.617.650	206.862	933.942	4.598	11.234	2.774.286
Amortização acumulada	(515.542)	(61.670)	(305.182)	(4.331)	-	(886.725)
Saldo contábil, líquido	1.102.108	145.192	628.760	267	11.234	1.887.561
Prazo remanescente de amortização (anos)	14	14	14	5	-	-

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

(i) Intangível - construção da infraestrutura (recuperação, operação e melhoramentos)

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo da amortização do ativo intangível até 31 de março de 2017 era efetuado de acordo com a curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de abril de 2017, a Companhia passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, e de forma prospectiva, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Todos os bens da concessão ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela Companhia no prazo da concessão de acordo com os termos da legislação vigente, não cabendo qualquer pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no advento do término contratual.

8.1. Movimentação das aquisições

Segue a conciliação das adições do intangível com a provisão dos investimentos e a movimentação do intangível no fluxo de caixa da Companhia:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Investimentos realizados (Notas nºs 11 e 17)(*)	137.683	40.702
Adições ao intangível (Nota nº 8)	123.640	106.121
Adiantamentos a fornecedores (Nota nº 8)	(2.427)	(4.992)
Acréscimo/redução da provisão (nota nº 11)	(113.527)	(91.018)
Reclassificação (Nota nº 8)	(3)	64
Capitalização de juros	-	(394)
Margem de construção (Nota nº 17)	(2.898)	(1.094)
	<u><u>142.468</u></u>	<u><u>49.389</u></u>

(*) Trata-se de valores pagos, anteriormente tratados pela Companhia como transação não caixa (provisão para investimentos).

9. Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contas a pagar aos fornecedores (i)	63.494	48.031
Cauções contratuais (ii)	6.155	5.735
	<u><u>69.649</u></u>	<u><u>53.766</u></u>

- (i) Refere-se, principalmente, a fornecedores de serviços e valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados às obras de recuperação, melhorias, manutenção e conservação;
- (ii) Trata-se de garantia contratual estabelecida com os prestadores de serviços, destinadas a suprir eventuais inadimplências contratuais, fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das notas fiscais até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	Principal e encargos		Total	
		Circulante	Não circulante	31/12/2021	31/12/2020
Moeda nacional					
BNDES (i)	TJLP + 2,16% a.a.	91.738	293.944	385.682	470.813
BES (i)	TJLP + 5,2% a.a.	10.169	26.706	36.875	46.058
Votorantim (i)	TJLP + 5,55% a.a.	10.034	26.391	36.425	45.416
Banco ABC (i)	TJLP + 5,3% a.a.	6.776	17.874	24.650	30.800
Subtotal		118.717	364.915	483.632	593.087
(-) Custos de transação (a)		(486)	(345)	(831)	(1.506)
(-) Títulos e valores mobiliários (b)		(37.903)	-	(37.903)	(36.097)
Empréstimos e financiamentos Nacional		80.328	364.570	444.898	555.484
Banco Socgen Financ. Ibéria (ii)	Euro + Euribor + 2,0% a.a.	-	-	-	43.001
Empréstimos e financiamentos Estrangeiro		-	-	-	43.001
Total de empréstimos e financiamentos		80.328	364.570	444.898	598.485

- (i) Em 21 de novembro de 2012, a Companhia obteve a aprovação do BNDES para liberação do financiamento de longo prazo, no montante de R\$ 1.369.143. Até 31 de dezembro de 2021, foram efetuados desembolsos pelo BNDES e pelos bancos repassadores no montante total de R\$ 847.275, com vencimento final em 2027.

Em 10 de julho de 2020, o BNDES junto aos Bancos Repassadores aprovou a suspensão dos pagamentos de 6(seis) prestações de principal e juros compensatórios da dívida nos termos da medida emergencial de combate aos impactos do Coronavírus anunciada pelo BNDES em março de 2020. O pagamento das parcelas vincendas entre 15 de julho de 2020 a 15 de dezembro de 2020 foi suspenso, vindo a ser retomado em 15 de janeiro de 2021. Os valores das prestações suspensas serão incorporados ao saldo devedor e distribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato. Os respectivos aditivos aos contratos de financiamento junto a cada instituição financeira foram formalizados em 04 de agosto de 2020.

(a) Custos de transação

Os custos incorridos na captação dos empréstimos estão sendo apropriados ao resultado, ajustando a taxa efetiva de juros, em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

(b) Garantias

O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de “project finance” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre o BNDES e as instituições financeiras Banco Votorantim S.A., HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. e Banco ABC Brasil S.A., as quais constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui reserva real mantida junto ao Banco Bradesco, no valor de R\$ 37.903 (R\$ 36.097 em 31 de dezembro 2020), remunerada de 98% a 101% do CDI, para garantia de financiamentos junto às seguintes instituições financeiras: BNDES, Banco ABC Brasil S.A., HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. e Banco Votorantim S.A.

- (ii) Em 05 de junho de 2020 foi transferido o recurso referente ao contrato de empréstimo junto ao SOCGEN FINANCIACIONES IBERIA, S.L no valor de EUR 6.734 equivalentes a R\$ 40.000, para investimentos em obra de manutenção das rodovias das BR-116 e BR-324 e BAs com pagamento de juros semestrais com taxa de (2% a.a. + Euribor), com vencimento do principal em 29 de novembro 2021.

Em 24 de novembro de 2021 foi quitado o empréstimo.

10.1. Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos previstos no contrato de financiamento:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem a prévia e expressa autorização do BNDES;
- Não apresentar saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos que represente mais de 15% da receita bruta;
- Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, quando a relação entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total for inferior a 20% ou o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), os quais serão apurados ao final de cada semestre.

As cláusulas restritivas estão adequadamente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2021.

10.2. Vencimento

Os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

	<u>2021</u>
Até um ano	118.717
Acima de um ano e até dois anos	185.106
Acima de dois anos e até três anos	111.396
Acima de três anos e até quatro anos	40.737
Acima de quatro anos e até cinco anos	16.362
Mais de cinco anos	11.314
	<u>483.632</u>

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

10.3. Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	109.322	474.262	-	-	583.584
Ingresso	-	-	40.000	-	40.000
Encargos - Resultado	43.491	-	503	-	43.994
Encargos - Capitalizados	394	-	-	-	394
Variação Cambial	-	-	2.945	-	2.945
Transferências	62.847	(62.847)	-	-	-
Amortização Principal	(47.431)	-	-	-	(47.431)
Pagamentos de Juros	(23.064)	-	(447)	-	(23.511)
(-) Custos de transação	-	847	-	-	847
(+/-) Títulos e valores mobiliários	(2.337)	-	-	-	(2.337)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	143.222	412.262	43.001	-	598.485
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	143.222	412.262	43.001	-	598.485
Encargos - Resultado	39.425	-	773	-	40.198
Variação Cambial	-	-	(1.027)	-	(1.027)
Transferências	48.366	(48.366)	-	-	-
Amortização Principal	(109.329)	-	(41.988)	-	(151.317)
Pagamentos de Juros	(39.550)	-	(759)	-	(40.309)
(-) Custos de transação	-	674	-	-	674
(+/-) Títulos e valores mobiliários	(1.806)	-	-	-	(1.806)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	80.328	364.570	-	-	444.898

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia

O orçamento da Companhia, preparado com base nos investimentos previstos nas obras de construção e melhoria das rodovias a serem realizados até 2025, prevê desembolsos de R\$ 837.063 (R\$ 837.428 em 31 de dezembro 2020), sendo que R\$ 25.246 deverão ser realizados até 31 de dezembro de 2022. Essa provisão foi revista, porém a Companhia está aguardando o processo de Revisão Quinquenal, que está em Arbitragem junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá - CAM-CCBC. A instauração de procedimento arbitral contra a ANTT foi protocolada em setembro de 2019. O pedido de instauração visa solucionar controvérsia fundada no contrato de concessão através do Edital nº 001/2008. O procedimento arbitral tem como objetivo o aprimoramento contratual e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, que possibilitará a reavaliação do contrato em relação a sua compatibilidade com as reais necessidades advindas dos Sistema Rodoviário, nos termos previstos contratualmente.

Seguem os valores estimados referentes aos investimentos em infraestrutura da rodovia:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldos em 1º de janeiro	837.428	756.801
Revisão orçamentaria	113.527	91.018
Ajuste a valor presente	23.791	30.311
Investimentos realizados	(137.683)	(40.702)
Saldos em 31 de dezembro	<u>837.063</u>	<u>837.428</u>
Circulante	25.246	103.564
Não circulante	811.817	733.864

Em dezembro de 2021, a Companhia efetuou revisão anual da provisão, com base no orçamento aprovado para o exercício subsequente e contratos de obras já firmados, bem como na revisão dos gastos necessários a serem incorridos com a recuperação das rodovias BA-324 e BR-116 e das BA-526 e BA-528, mensurados com base em relatórios de monitoramento da ANTT. A revisão da provisão é considerada como uma mudança de estimativa contábil do custo e sua contrapartida foi reconhecida no ativo intangível.

12. Valores a pagar a ANTT

Em 2021, a Companhia tinha registrado 23 processos passivos com probabilidade de perda provável no valor nominal de R\$ 12.716. Enquanto aguarda o deferimento da ANTT, a Companhia mantém registrado o débito total atualizado pela taxa SELIC referente a essas infrações. Em 30 de agosto foi pago o processo NI 001/2013 com valor nominal R\$ 501 já registrado.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 23 de setembro de 2021, a Companhia protocolou o pedido de Parcelamento Ordinário SUROD/ANTT de débitos não inscritos em Dívida Ativa, foram incluídos 3 processos passivos com valor nominal R\$ 2.072, dos quais dois já tinha sido registrado com probabilidade de perda provável no montante de R\$ 1.363, adicionalmente foi registrado 1 processo com valor nominal de R\$ 709, perfazendo um total de 23 processos com valor nominal de R\$ 12.923.

Em 04 de outubro de 2021, foi deferido o pedido de parcelamento pela ANTT.

As penalidades impostas pela ANTT, refere-se basicamente a:

- (a) Não atendimento aos Termos de Registro de Ocorrências - TRO dentro dos prazos estabelecidos no Programa de Exploração Rodoviária - PER;
- (b) Liberação do tráfego sem a adequada sinalização horizontal provisória ou definitiva;
- (c) Não atendimento aos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER.

O resumo dos parcelamentos encontra-se demonstrado a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo dos parcelamentos no início do exercício	29.668	31.041
Inclusão Débito Parcelamento	709	
Juros e multas de mora (i)	1.103	692
Pagamentos (ii)	(3.295)	(2.065)
Saldo dos parcelamentos no final do exercício	<u>28.185</u>	<u>29.668</u>
Circulante	22.446	24.664
Não circulante	5.739	5.004

- (i) Os valores dos juros e multas de mora, líquidos, foram reconhecidos como despesas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A movimentação dos saldos de imposto de renda diferido ativo (passivo), pode ser resumida como segue:

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Base	Saldo em 31/12/2021	Movimentação	Saldo em 31/12/2020
Margem de construção	(19.409)	256	(19.665)
Capitalização de juros no intangível	(16.537)	1.294	(17.831)
Ajuste de encargos financeiros - apropriação AVP	76.555	8.089	68.466
Amortização do intangível provisionado	73.352	9.637	63.715
Diferença de taxa de amortização do intangível	(3.703)	290	(3.993)
Custos dos empréstimos - societário x fiscal	(283)	229	(512)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	3.303	281	3.022
Provisão para manutenção	3.396	864	2.532
Outras provisões	2.777	116	2.661
	119.451	21.056	98.395

13. Verbas de fiscalização e de segurança no trânsito

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a Companhia deverá recolher à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, a verba de fiscalização que se destina à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual da verba de fiscalização prevista para 2022 é de R\$ 7.512, tendo sido realizado até dezembro de 2021 o valor de R\$ 6.965 (R\$ 6.672 - 2020), sendo esse recolhimento efetuado mensalmente. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 626 (R\$ 572 em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, a Companhia deverá disponibilizar à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e/ou aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal. A verba para segurança no trânsito é no montante anual de R\$ 1.479 reajustada anualmente na mesma data dos reajustes da tarifa de pedágio. O valor total do gasto relativo à verba para segurança no trânsito durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de 1.479(R\$ 1.403 em 31 de dezembro de 2020). Conforme Nota Explicativa nº 18.

14. Valores a pagar de arrendamento mercantil

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da companhia a taxa obtida foi de 7,53% a.a. A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro a seguir:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo Inicial	429	1.576	2.005
Adição	859	-	859
Utilização	(716)	-	(716)
Transferência AVP	60	(60)	-
	(70)	-	(70)
	562	1.516	2.078

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 797.516, e está representado por 635.121.766 ações ordinárias e sem valor nominal.

Acionistas	Em milhares de ações ordinárias			
	2021		2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Roadis Participações na Viabahia Ltda.	635.121.765	99,999	635.121.765	99,999
Roadis Brasil Part. de Infraestrutura Ltda	1	0,001	1	0,001
	<u>635.121.766</u>	<u>100</u>	<u>635.121.766</u>	<u>100</u>

b) Reserva de incentivo fiscal

O incentivo fiscal SUDENE foi aprovado em agosto de 2012, por meio do Laudo Constitutivo nº 0111/2012, com validade até 2021, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração.

Durante o período de vigência do benefício fiscal deverá atender às seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de controle ambiental; (ii) apresentação da declaração de rendimentos a cada exercício; (iii) proibição da distribuição de lucros correspondentes ao valor do imposto que seria pago sem a existência do benefício; (iv) participação da pesquisa anual de incentivos fiscais promovida pela SUDENE; e (v) apresentação anual de regularidade fiscal em relação aos tributos federais a apresentação de certidão negativa de débito para a previdência social.

Em dezembro de 2019, foi aprovada a renovação do incentivo fiscal SUDENE, por meio do Laudo Constitutivo nº 0173/2019, estendendo o prazo de fruição do benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração passando de 2021 a 2028.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não gerou base de cálculo de incentivo fiscal SUDENE e está adimplente com as obrigações relativas ao programa de incentivos.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

d) Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício de 2021, a Roadis Participações na Viabahia Ltda, realizou adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) no montante total de R\$ 104.798 para fazer frente aos investimentos em obras da Companhia.

16. Receita líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas de pedágio:		
Numerários (i)	112.068	129.818
AVI - Sem Parar/ConectCar (ii)	204.266	184.665
Visa Vale (iii)	22.766	21.935
DBTRANS (iii)	12.373	14.463
Sobras de arrecadação	<u>77</u>	<u>90</u>
	351.550	350.971
Receitas acessórias:		
Receitas extraordinárias	3.433	3.133
Receitas de construção:		
Obras de infraestrutura (iv)	147.764	55.805
Tributos sobre serviços da operação	<u>(30.949)</u>	<u>(30.677)</u>
	<u>471.798</u>	<u>379.232</u>

- (i) Receitas provenientes de recebimentos em dinheiro e cheques;
- (ii) Receitas oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico. As receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI (“Automatic Vehicle Identification”) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresas especializadas (CGMP, ConectCar, Move Mais, Greenpass e Alelo);
- (iii) As transações de vale-pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante utilização de cupons (DBTRANS) e créditos de vale-pedágio (Visa Vale), previamente adquiridos das empresas habilitadas;
- (iv) Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utiliza o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 2% de margem, que reflete a melhor estimativa do valor dos serviços relacionados com a melhoria da infraestrutura (construção), considerando a estrutura administrativa e operacional da Companhia e os contratos de construção firmados para a implementação de tais obras.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de obras de infraestrutura	147.764	55.805
Custos de construção	<u>(144.866)</u>	<u>(54.711)</u>
	<u>2.898</u>	<u>1.094</u>

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

17. Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são sumarizados e apresentados com a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Custos de conservação:		
Custos com pessoal	(1.744)	(1.548)
Serviços de terceiros (i)	(44.893)	(42.566)
Material, equipamentos e veículos	(3.414)	(2.664)
Outros gastos conservação	(491)	(495)
Manutenção	<u>(2.131)</u>	<u>(4.546)</u>
	(52.673)	(51.819)
Custos de operação		
Custos com pessoal	(22.968)	(21.038)
Serviços de terceiros (ii)	(29.878)	(25.669)
Material, equipamentos e veículos	(13.245)	(12.053)
Verbas de fiscalização e de segurança do trânsito (nota nº 14)	(8.444)	(8.075)
Seguros	(3.728)	(3.164)
Baixa de Intangível	(2.525)	-
Depreciação e amortização	(142.158)	(134.977)
Amortização de arrendamento	(556)	(517)
Outros gastos da operação	<u>(3.400)</u>	<u>(3.292)</u>
	(226.902)	(208.785)
Custos de monitoramento		
Serviços de terceiros	(644)	(603)
Custos de construção		
	(144.866)	(54.711)
Custos dos serviços de construção (iii)		
	<u>(425.085)</u>	<u>(315.918)</u>

- (i) Referem-se basicamente a materiais e serviços de limpeza e reparo da rodovia.
(ii) Referem-se basicamente a serviços de vigilância, atendimento pré-hospitalar, guincho, transporte de valores e de colaboradores da rodovia.
(iii) Redução em linha com a receita de construção do período, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17, item iv.

18. Despesas gerais e administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas com pessoal	(18.331)	(19.568)
Serviços de terceiros (i)	(22.353)	(13.925)
Depreciação e amortização	(1.042)	(1.195)
Propaganda e publicidade	(2.372)	(1.124)
Material, equipamentos e veículos	(849)	(598)
Arrendamentos e aluguéis	(643)	(521)
Gastos com viagens	(473)	(620)
Energia, telefone e correspondências	(125)	(115)
Ressarcimento de danos aos usuários	-	(2)
Associação de classe	(277)	(292)
Editais e publicações	(286)	(298)
Contingências	(827)	810
Contribuição patronal	(11)	(18)
Impostos, Taxas e Cartório (II)	(2.987)	(679)
Outras despesas gerais e administrativas	<u>(3.695)</u>	<u>(3.359)</u>
	(54.271)	(41.504)

- (i) Referem-se basicamente a serviços de consultoria jurídica e comunicação social;
(ii) No exercício 2021, foram pagos 5 processos da ANTT AI 5086/5087/5027/5082/102 com valor nominal de R\$ 2.279 e adicionado um processo no parcelamento ordinário com valor nominal R\$ 708.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(40.198)	(43.994)
Variação cambial, passiva líquida	-	(2.945)
AVP sobre provisão para investimentos e manutenção	(24.200)	(30.435)
Apropriação dos custos de transação	(674)	(847)
AVP sobre arrendamento	70	(191)
Multas e juros de mora parcelamento	(1.103)	(692)
Outras	<u>(4.057)</u>	<u>(2.139)</u>
	(70.162)	(81.243)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	2.408	1.640
Variação cambial ativa	1.027	-
Outras receitas	<u>870</u>	<u>377</u>
	4.305	2.017
	<u>(65.857)</u>	<u>(79.226)</u>

20. Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes ao exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é demonstrada como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(71.953)	(60.107)
Alíquota Vigente	34%	34%
Benefício do IR e CS à alíquota fiscal nominal	24.464	20.436
Incentivos Fiscais		
(-) Incentivos PAT	-	73
(-) Incentivos SUDENE	-	1.938
Adições/(exclusões) permanentes:		
Despesas não dedutíveis	(625)	(520)
Outras, líquidas	<u>(2.783)</u>	<u>1.072</u>
	<u>21.056</u>	<u>22.999</u>

A composição do montante de imposto de renda e contribuição social referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 encontra-se a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes:		
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	-	(2.119)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:		
Relativo à constituição e reversão de diferenças temporárias	<u>21.056</u>	<u>25.118</u>
IR e CS apresentados na demonstração do resultado	<u>21.056</u>	<u>22.999</u>

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

21. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui ações em tesouraria nos períodos apresentados. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as ações da Companhia não possuíam efeito dilutivo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(50.897)	(37.108)
Média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	635.121	635.121
Prejuízo básico e diluído por ação	<u>(0,08)</u>	<u>(0,06)</u>

22. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios

A movimentação das provisões e dos depósitos judiciais é como segue:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>	
Saldos em 31 de dezembro 2019	773	9.136	9.909	
Constituição	36	61	97	
Baixa/Reversão	-	(907)	(907)	
Atualização monetária	21	-	21	
Saldos em 31 de dezembro 2020	<u>830</u>	<u>8.290</u>	<u>9.120</u>	
Circulante	-	6.958	6.958	
Não circulante	830	1.332	2.162	
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>	
Saldos em 31 de dezembro 2020	830	8.290	9.120	
Constituição	694	133	827	
Atualização monetária	2	-	2	
Saldos em 31 de dezembro 2021	<u>1.526</u>	<u>8.423</u>	<u>9.949</u>	
Circulante	694	6.958	7.652	
Não circulante	832	1.465	2.297	
	<u>Depósitos judiciais</u>			
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Tributário</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro 2020	1.005	12	1.897	2.914
Adições	31	-	653	684
Baixa/Reversão	(55)	-	-	(55)
Saldos em 31 de dezembro 2021	<u>981</u>	<u>12</u>	<u>2.550</u>	<u>3.543</u>

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia é ré em processos de natureza cível e trabalhista, oriundos do curso normal de suas atividades, classificados como de probabilidade de perda provável, com base na avaliação de seus consultores jurídicos e para os quais mantém provisão constituída em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 9.949 (R\$ 9.120 em 31 de dezembro 2020);

Para os processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, classificados como de probabilidade de perda possível por seus advogados, no montante estimado de R\$ 226.237 (R\$ 126.460 em 31 de dezembro de 2020), não foram constituídas quaisquer provisões para cobrir eventuais riscos. As principais causas em que a Companhia está envolvida se referem a ações indenizatórias por acidentes na rodovia.

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 269 (273 em 31 de dezembro de 2020) autos e notificações da ANTT referentes à aplicação de penalidades, no montante total atualizado de R\$ 548.990 (R\$ 500.556 em 31 de dezembro de 2020) decorrente de processos em andamento na esfera administrativa, cujo pedido de nulidade por parte da Companhia ainda não foi julgado ou foi julgado improcedente no âmbito da Superintendência daquela Agência Reguladora, podendo resultar ou não na aplicação de multas. As penalidades impostas pela ANTT referem-se basicamente a:

- (a) Não atendimento aos Termos de Registro de Ocorrência - TRO dentro dos prazos estabelecidos no Programa de Exploração Rodoviária (“PER”);
- (b) Liberação do tráfego sem a adequada sinalização horizontal provisória ou definitiva;
- (c) Não atendimento aos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER;
- (d) Não entrega da documentação relativa aos projetos dentro do prazo estabelecido pelo órgão regulador.

A Companhia protocolou pedidos de revisão à Diretoria da ANTT ou ingressou com ações judiciais, nos quais solicita a reforma da decisão proferida pela Superintendência e o arquivamento dos processos, sem qualquer aplicação de penalidade.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos a probabilidade de perda para a Companhia nos processos discutidos administrativa e judicialmente é avaliada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Até 31 de dezembro 2021, foram arquivados e deferidos em favor da Companhia 65 processos (63 em 31 de dezembro de 2020), no montante total de R\$ 55.398 (R\$ 50.688 em 31 de dezembro de 2020).

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

A Administração da Companhia, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, está discutindo com a ANTT a Revisão Quinquenal do Contrato de Concessão que inclui também os autos e notificações referentes a aplicação de penalidades pelo não atendimento dos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER e não espera incorrer em perdas relevantes como resultado desta revisão.

Em abril de 2017, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a Companhia, tendo como objeto contratos firmados, nos anos de 2012 a 2013, para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação do serviço, havendo assim a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros estimado em aproximadamente R\$ 19.795.

Em 08 de novembro de 2017, foram julgadas improcedentes as impugnações apresentadas pela Companhia. Tendo em vista a avaliação dos consultores jurídicos como perda possível, em 4 de dezembro 2017, foi protocolado o recurso voluntário junto ao CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda.

Em 14 de maio de 2019, foi negado provimento ao recurso voluntário apresentado pela Companhia. Tendo em vista a avaliação de nossos consultores como possível, em 19 de junho de 2019, foi protocolado o recurso especial junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda.

Em 02 de dezembro de 2019, em virtude da decisão julgando improcedente os embargos de declaração opostos pelos outros envolvidos, a Companhia foi intimada a reiterar o recurso especial apresentado em 19 de junho de 2019. Assim, em 11 de dezembro de 2019, foi protocolada petição reiterando o recurso especial junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda. Em 29 de setembro de 2020, a Companhia teve ciência sobre a decisão que admitiu parcialmente o Recurso Especial. Nesse sentido, em virtude da admissão parcial do Recurso Especial, em 02 de outubro 2020, a Companhia protocolou recurso (Agravo) perante a Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda visando a total admissibilidade do Recurso Especial. Em 08 de dezembro foi rejeitado pela 1ª turma CARF (Conselho Administrativo de Recursos Especiais) o Agravo interposto. Em 10 de junho de 2021, a Viabahia ingressou com Ação Ordinária para discussão do mérito do auto de infração.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 10 de junho de 2021, a Viabahia ingressou com Ação Ordinária para discussão do mérito do auto de infração, com apresentação de seguro garantia. Em 03 de julho de 2021, foi proferida decisão que deferiu parcialmente a tutela pleiteada nos autos da Ação Anulatória nº 1039052-68.2021.4.01.3400, contudo, tal decisão não suspendeu a exigibilidade do débito e solicitou apresentação de complementação do seguro garantia. Em 22 de julho de 2021, a Viabahia interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar. Em 10 de dezembro de 2021, foi proferida decisão liminar parcialmente favorável, no âmbito do Agravo de Instrumento, na qual, foi reconhecida a apólice apresentada para o fim de impedir de (i) inscrição no CADIN; (ii) protesto extrajudicial; bem como (iii) viabilizar a expedição de Certidão Positiva com efeitos de Negativa. No entanto, a mencionada decisão também entendeu que a apólice não poderia incorrer na suspensão da exigibilidade do débito, por esse motivo, em 17 de dezembro de 2021, a Viabahia apresentou pedido de reconsideração cumulado com Agravo Interno.

A Companhia está atendendo a todas as exigências requeridas pela ação (prazos, tempos de vistorias e inspeções, apresentando relatórios e todos os documentos requeridos) e, baseada na posição dos seus assessores jurídicos, estima como “possível” a probabilidade de perda. Portanto, nenhuma provisão foi constituída.

23. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente com a taxa de 7,5% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia e as intervenções ocorrerão a partir de 2025.

Os saldos da provisão para manutenção estão distribuídos como segue.

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para manutenção	7.218	2.131	9.349
Encargos financeiros (i)	<u>226</u>	<u>409</u>	<u>635</u>
	<u><u>7.444</u></u>	<u><u>2.540</u></u>	<u><u>9.984</u></u>

(i) Refere-se à recomposição do passivo ajustado a valor presente

24. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplência de suas contrapartes em aplicações financeiras de liquidez imediata e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio. A gestão e o controle dos riscos são realizados pela tesouraria da Companhia sob a revisão do Diretor Financeiro, pautando-se em parâmetros de “benchmark” de mercado para essa gestão, de acordo com os limites de alçadas e políticas de atuação definidas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões de gestão de caixa acima mencionadas.

Os planos da Companhia sobre o alongamento do perfil da dívida estão descritos na Nota Explicativa nº 1.1.

d) Risco de mercado

A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e de flutuações das taxas de câmbio para suas operações de empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 10), dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

e) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, nas quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha, tais como Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica.

f) Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos usuais de mercado, relacionados às variações do CDI e variações da TJLP e flutuações das taxas de câmbio para seus empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade dos saldos em aberto considerando um horizonte de um ano e aumentos de 25% (Cenário II) e de 50% (Cenário III) nos parâmetros de risco citados a seguir:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário Provável (II)	Cenário Provável (III)
Empréstimos e financ. Nacional	Alta da TJLP	(25.729)	(32.162)	(38.594)
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	3.844	2.883	1.922

Os valores dos parâmetros utilizados para os três cenários mostrados podem ser observados como segue:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário Provável (II)	Cenário Provável (III)
Empréstimos e financ. Nacional	Alta da TJLP	5,32%	6,65%	7,98%
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	9,25%	6,94%	4,63%

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

g) Instrumentos financeiros

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- **Nível 1:** Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- **Nível 2:** Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- **Nível 3:** Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas de caixa e equivalente de caixa estão próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI e TJLP e flutuações das taxas de câmbio.

O quadro a seguir apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 38 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

	<u>Classificação Inicial pelo CPC 38</u>	<u>Saldo em 31.12.2021</u>	<u>Nova classificação de acordo com o CPC 48</u>
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	20.089	Custo amortizado
Aplicação Financeira L. Prazo	Valor justo por meio de resultado	400	Custo amortizado
Passivos financeiros			
Empréstimos e fin. Nacional	Valor justo por meio de resultado	483.632	Custo amortizado
Fornecedores	Valor justo por meio de resultado	69.649	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Valor justo por meio de resultado	15.552	Custo amortizado

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

h) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seus custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, obter capital dos acionistas ou, ainda ou emitir novas ações por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira de longo prazo. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Com base na análise do índice de alavancagem, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e/ou de captação de recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020 pode ser assim sumariado:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 10)	444.898	598.485
Total dos valores a pagar a ANTT (Nota Explicativa nº 12)	28.185	29.668
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3)	(20.089)	(105.552)
Menos: Aplicação Financeira Longo Prazo	(400)	.
Dívida líquida	<u>452.594</u>	<u>522.601</u>
Total do patrimônio líquido	<u>640.778</u>	<u>586.877</u>
	<u><u>0,71</u></u>	<u><u>0,89</u></u>

25. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional de concessão pública de rodovias.

26. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2021, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

<u>Riscos cobertos</u>	<u>Bens segurados</u>	<u>Montante cobertura</u>	<u>Vencimento</u>
Riscos de engenharia	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	150.000	Março/2022
Riscos nomeados e operacionais	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	120.857	Setembro/2022
Garantia de execução da obra	Edificações, máquinas e equipamentos, Infraestrutura e execução do contrato de concessão oriundo do Edital 001/2008	129.866	Outubro/2023
Responsabilidade civil	Administradores da Companhia	30.000	Abril/2022
Responsabilidade civil geral	Reparações danos materiais e/ou corpóreos	22.500	Setembro/2022
Garantia processo judicial	Processo judicial nº 8033392-10.2019.8.05.001 Terrabras Terraplenagens do Brasil	13.224	Maió/2023

A Companhia contratou os seguintes seguros:

- **Risco de engenharia / nomeados e operacionais:** cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de engenharia, riscos operacionais e relativos às máquinas e equipamentos da concessão;
- **Garantia de execução da obra:** seguro o qual a Companhia deverá manter em favor da ANTT como garantia do fiel cumprimento das obrigações;
- **Seguro de responsabilidade civil geral:** cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Companhia e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais pessoais ou morais decorrentes das atividades abrangidas pela concessão;
- **Seguro de responsabilidade civil administradores:** cobertura de responsabilidade civil de administradores, reclamação por práticas trabalhistas indevidas, responsabilidade estatutária, aquisição e constituição de nova subsidiária, segurado em empresas afiliadas, custos de defesa. Os segurados são as pessoas físicas eleitas como administradores, diretores, membros do conselho da Administração, do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão regulador competente;
- **Seguro judicial:** cobertura sobre pagamentos de valores que a companhia necessite realizar no tramite do processo da Terrabras do tribunal de justiça da Bahia.

27. Eventos subsequentes

Nos meses de janeiro e fevereiro 2022, a Roadis Participações na Viabahia Ltda., realizou adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) no montante total de R\$ 41.707 para fazer frente aos investimentos em obras da Companhia.

No dia 12/01/2022 a Viabahia pagou as Guias de Recolhimento da União (GRUs) das cinco multas aplicadas nos autos de infração objeto da portaria que instaurou o processo de caducidade e, no dia 02/02/2022, protocolou petição comunicando ao juízo sobre o descumprimento, por parte da ANTT, das decisões judiciais proferidas, oportunidade em que o juízo se manifestou e determinou a renovação da intimação da ANTT para que cumpra as decisões. No dia 09/02/2022 a Viabahia protocolou nova petição requerendo: a) o reconhecimento do descumprimento decisão, com a imediata cominação da multa de R\$ 170 (cento e setenta mil reais), correspondente ao prejuízo diário amargado pela Concessionária, por comportamento atentatório à dignidade da justiça prevista no § 2º do art. 77 do CPC; b) a suspensão de todos os efeitos da Audiência Pública nº 09/2021; c) a intimação da ANTT para restaurar o valor das tarifas.

No dia 22/02/2022 a ANTT foi intimada da decisão que determinou a suspensão da redução tarifária e a restauração do valor das tarifas estipuladas em Deliberação nº 274, de 26 de maio de 2020, bem como a suspensão dos efeitos da audiência pública de 15.12.2021 e, já no dia 24/02 foi publicado no DOU a suspensão da eficácia da Deliberação nº 261/2021 e a nova tabela de tarifas. Em razão da referida decisão judicial ficam mantidas as tarifas de pedágio cobradas nas praças de pedágio localizadas nas rodovias BR-324 e BR-116 que correspondem a R\$ 2,90 e R\$ 5,10.

No dia 07/03/2022 a Procuradoria emitiu a NOTA n. 00230/2022/PF-ANTT/PGF/AGU no processo administrativo de caducidade, manifestando concordância com a proposta da comissão processante, pelo reconhecimento da perda de objeto do processo e seu conseqüente arquivamento. No dia 09/03/2022 o Presidente da Comissão encaminhou para a Diretoria a proposta de arquivamento do processo. No dia 21/03/2022 a Diretoria da ANTT arquivou o processo aberto que poderia levar à caducidade da concessão da Viabahia. Esse processo já havia sido suspenso liminarmente por decisão judicial, após a sua instauração.

Em 28/03/2022, foi publicada no DJe/STJ decisão que restringe os efeitos da liminar proferida pelo TRF da 1ª Região que ordenava que a Agência se abstivesse de descontar na tarifa o não atendimento de alguns investimentos não essenciais. A VIABAHIA irá tomar providências para recorrer da decisão.